

5 — A denominação, a sede das empresas filiais compreendidas na consolidação, e a fracção do capital detido quer pela empresa-mãe, quer por outras empresas também compreendidas na consolidação:

A Pedro Arroja, SGPS, S. A., detém 51% do capital da Pedro Arroja — Gestão de Patrimónios, S. A., sediada na Avenida da Boavista, 3477 a 3521, 1.º, salas 105/106/107, no Porto e 51% do capital da Pedro Arroja — Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., com sede social no mesmo local.

9 — O montante global das dívidas que figurem no balanço consolidado cuja duração residual seja superior a cinco anos:

36) Credores, no valor de 7 905 000 euros, por uma duração mínima de 12 anos.

11 — Repartição sectorial e geográfica da actividade do grupo e da sua evolução durante o exercício:

Os proveitos realizados relativamente às rubricas de 1 a 9 da demonstração consolidada de resultados, durante o exercício de 2004, foram obtidos com clientes e ou com operações realizadas exclusivamente em Portugal.

12 — Efectivo médio de trabalhadores ao serviço das empresas do grupo durante o exercício:

Administradores: três.
Empregados: seis.

14 — A diferença entre os encargos fiscais imputados à demonstração consolidada de resultados do respectivo exercício e dos exercícios anteriores e os encargos já pagos ou a pagar:

O imposto sobre lucros imputados à demonstração consolidada de resultados do exercício de 2004 diminuiu em 126 300,89 euros (— 94,7%) face ao exercício de 2003 e diminuiu em 91 836,60 euros (— 92,8%) face ao exercício de 2002.

Durante o exercício de 2004, no grupo de empresas do perímetro de consolidação efectuaram-se o pagamento especial por conta de 3750 euros e a quantia de 28 944,92 euros por conta em sede de IRC. As retenções na fonte de terceiros foram de 23 227,85 euros, apurando-se no montante global o valor de 46 328,54 euros de imposto sobre lucros a recuperar em 2005.

Relativamente ao exercício e aos anteriores, não existem quaisquer dívidas fiscais à data de realização deste anexo.

15 — O montante das remunerações correspondentes ao exercício atribuídas aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da empresa-mãe e das filiais:

Pedro Arroja, SGPS, S. A.:

Remunerações atribuídas no exercício: 37 762,12 euros.

Pedro Arroja — Gestão de Patrimónios, S. A.:

Remunerações atribuídas no exercício: 58 768,59 euros.

Pedro Arroja — Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.:

Remunerações atribuídas no exercício: 16 602,26 euros.

17 — Quaisquer outras informações de natureza significativa que permitam uma apreciação correcta da situação financeira do grupo:

Na sequência da consolidação de contas na Pedro Arroja — SGPS, S. A., no exercício de 2004 verifica-se que o capital social consolidado apresenta uma situação líquida negativa no valor de 1 227 257,70 euros, revelando o disposto e os efeitos previstos no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 24 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: *Pedro Arroja — Fátima Pereira — António Ferreira Neves.* — A Técnica Oficial de Contas, *Sandra Mendes.*

Relatório e parecer do fiscal único (contas consolidadas)

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, a sociedade de revisores oficiais de contas no exercício das funções de fiscal único e revisor oficial de contas, apresenta o relatório da actividade desenvolvida no exercício de 2004 e o parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pelo conselho de administração.

Como consequência do trabalho de revisão efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas consolidadas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificamos que:

i) O balanço consolidado, as demonstrações consolidadas dos resultados por natureza e o correspondente anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) O relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados consolidados se encontra devidamente fundamentada.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da administração e dos serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas consolidadas, somos de parecer que:

Seja aprovado o relatório consolidado de gestão;

Sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas;

Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados consolidados.

Porto, 25 de Maio de 2005. — Armando Meireles e Lopes Vinga — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel Hernâni Martins Lopes Vinga*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 7 da assembleia geral

No dia 20 de Junho de 2005, pelas 16 horas, na sede social e sob a presidência do Dr. José Paulo Correia de Matos, que teve a secretária-lo a Dr.ª Natália de Jesus Bastos Gaspar, reuniu a assembleia geral anual da Pedro Arroja, SGPS, S. A., com sede na Avenida da Boavista, 3523, 5.º, sala 502, freguesia de Aldoar, cidade e concelho do Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n.º 57 483, com o capital social realizado de 500 000 euros, pessoa colectiva com o cartão de identificação n.º 506172228.

Verificando que não haviam sido publicados avisos convocatórios, mas uma vez que se encontravam presentes ou representados cinco accionistas, nos termos do disposto no artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, titulares de 10 000 acções, no valor nominal global de 500 000 euros, representativas, portanto, da totalidade do capital social, o presidente da mesa declarou que daria início aos trabalhos caso todos os accionistas aprovassem que a assembleia deliberasse sobre o único ponto da ordem de trabalhos, o que veio a verificar-se, tendo então o presidente da mesa declarado aberta a sessão.

E entrando-se no único ponto da ordem do dia, que era apreciar, discutir e votar o relatório do conselho de administração, o balanço e os demais documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao exercício de 2004, tomou a palavra a administradora Dr.ª Fátima Pereira que prestou esclarecimentos nomeadamente sobre o prejuízo verificado na sociedade participada Pedro Arroja — Gestão de Patrimónios, S. A., o qual explica o resultado negativo verificado nestas contas consolidadas. Como mais ninguém pretendesse usar da palavra, o presidente da mesa submeteu, em conjunto, à votação o relatório da administração, o balanço e todos os demais documentos de prestação de contas, apurando-se que foram aprovados por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que é assinada pelo presidente e pela secretária da mesa.

A Mesa da Assembleia Geral: *José Paulo Correia de Matos*, presidente — *Natália de Jesus Bastos Gaspar*, secretária. 2008022633

UNICER — UNIÃO CERVEJEIRA, S. A.

Relatório n.º 6-C/2007

Conservatória do Registo Comercial do Porto (3.ª Secção). Matrícula n.º 24 008/790706; identificação de pessoa colectiva n.º 500820155.

Estela Patrício de Oliveira, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (3.ª Secção):

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas consolidadas da sociedade em epígrafe, do ano de 1998.

É o que cumpre certificar.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (3.ª Secção). — A Segunda-Ajudante, *Estela Patrício de Oliveira*.

Relatório e contas de 1998

Indicadores de actividade consolidados

(Em milhões de escudos)

	1994	1995	1996	1997	1998
Estrutura da conta de resultados:					
Vendas	40 382	44 211	45 731	47 443	52 462
Ebitda	12 511	13 697	11 441	12 728	16 269
Resultados operacionais	4 845	5 939	3 940	4 608	8 206
Resultados correntes	4 396	5 322	3 400	4 221	8 064
Resultados antes de impostos	4 754	5 607	3 816	3 983	7 168
Resultado consolidado com interesses minoritários	2 604	3 059	2 383	2 428	4 149
Resultado líquido	2 623	3 020	2 298	2 393	4 104
Cash-flow	10 289	10 778	9 799	10 513	12 167
Estrutura do balanço:					
Activos fixos	36 997	36 717	37 513	36 454	36 879
Activos circulantes	17 874	20 741	21 196	20 286	18 867
Total activos	54 871	57 458	58 709	56 740	55 746
Capital próprio	36 263	36 614	36 765	36 358	35 282
Interesses minoritários	244	303	388	423	738
Passivo financeiro (inclui <i>leasing</i>) (a)	2 995	5 926	8 260	3 782	1 378
Outro passivo	15 369	14 615	13 296	16 177	18 348
Capital próprio + passivo	54 871	57 458	58 709	56 740	55 746
Recursos humanos:					
Número médio de empregados (b)	1 737	1 731	1 734	1 740	1 662
Produtividade (c)	23	26	26	27	32
Custos com pessoal + trabalho temporário	6 164	6 548	6 722	7 414	7 820
Indicadores (em percentagem):					
Rendibilidade do investimento (d)	9,4	10,6	6,8	8,0	14,7
Rendibilidade do capital próprio (e)	7,5	8,3	6,3	6,5	11,5
Gearing (f)	7,7	15,9	22,3	9,8	2,4

(a) Conforme nota n.º 47 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados.

(b) Inclui efectivos, contratados e temporários.

(c) Vendas *per capita* (103 escudos).(d) *Ratio* resultados operacionais sobre o capital médio utilizado.

(e) Para este cálculo foi tomada a média do capital próprio no início e fim do ano.

(f) O passivo remunerado expresso em percentagem do capital próprio.

Indicadores de actividade da Unicer

	1994	1995	1996	1997	1998
Estrutura da conta resultados:					
Vendas	39 774	43 503	45 343	47 139	56 808
Ebitda	11 479	12 612	10 251	11 338	14 429
Resultados operacionais	4 196	5 246	3 233	3 788	7 238
Resultados correntes	4 248	5 147	3 319	3 917	7 740
Resultados antes de impostos	4 571	5 652	4 272	4 756	6 858
Resultado líquido	2 634	3 284	2 933	3 433	4 104
Cash-flow	9 917	10 650	9 951	10 759	11 295
Estrutura do balanço:					
Activos fixos	34 575	33 875	34 132	31 410	32 231
Activos circulantes	17 812	21 720	23 442	24 823	22 898
Total activos	52 387	55 595	57 573	56 233	55 129
Capital próprio	36 217	36 878	37 657	38 355	36 928
Passivo financeiro (inclui <i>leasing</i>)	2 547	4 915	6 746	2 582	208
Outro passivo	13 622	13 801	13 170	15 297	17 993
Capital próprio + passivo	52 387	55 595	57 573	56 233	55 129
Recursos humanos:					
Número médio de empregados (a)	1 561	1 555	1 537	1 476	1 371
Produtividade (b)	25	28	30	32	37
Custos com pessoal + trabalho temporário	5 820	6 185	6 289	6 842	7 130

(Em milhões de escudos)

Dividendos e *pay-out* (em percentagem):

	1994	1995	1996	1997	1998
Rendibilidade do investimento (c)	8,3	9,8	6,0	7,0	13,9
Rendibilidade do capital próprio (d)	7,5	9,3	7,9	9,0	10,9
<i>Gearing</i> (e)	6,4	13,2	17,8	6,6	— 0,7
Dividendos (milhões de escudos)	1 658	1 997	2 000	2 288	2 457
<i>Pay-out ratio</i>	62,9	60,8	68,2	66,6	59,8
Dividendo ajustado por acção (escudos) (f)	85	105	105	120	140

(a) Inclui efectivos, contratados e temporários.

(b) Vendas *per capita* (milhares de escudos).

(c) Ratio dos resultados operacionais sobre o capital médio utilizado.

(d) Para este cálculo foi tomada a média do capital próprio no início e fim do ano.

(e) O passivo remunerado expresso em % do capital próprio.

(f) Dividendo proposto.

Corpos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Ricardo Luís Lumbrals de Sá Carneiro.
 Vice-presidente: Paulo Lowndes Marques.
 Secretário: Luís António Costa Reis Cerquinho da Fonseca.

Conselho de administração:

Presidente: José Manuel Capelo Soares da Fonseca.
 Vice-presidentes:

Edgar Alves Ferreira.
 Armando Costa Leite de Pinho.
 Luís Fernando Mira Amaral.
 Michael Christian Stig Iuul.

Vogais:

José Aníbal Lousada Soares.
 Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira.
 João Barbosa Machado.
 Gert Brandt Petersen.

Fiscal único:

A. Santos, J. Alves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Francisco Barbosa dos Santos.

Mensagem do conselho de administração

O volume de negócios e a *performance* que o balanço e demonstração de resultados do exercício assinalam, traduzem o bom desempenho geral da empresa em 1998.

A satisfação dos clientes esteve naturalmente no centro das nossas atenções e é por isso com especial agrado que se regista a significativa melhoria dos indicadores de nível de serviço praticado.

Nesta mesma linha de preocupação se insere o lançamento da nova cerveja Cool Beer — aproveitando o momento específico que foi a Expo. Os indicadores indiciam-lhe uma boa potencialidade de crescimento.

Mais um salto relevante foi dado neste exercício no contexto da política de ganhos sustentados de produtividade e de ajustamento estrutural do perfil de custos.

A Expo'98 é hoje manifestamente reconhecida como tendo sido uma realização de grande interesse nacional e que contribuiu para projectar a imagem de Portugal como país moderno e desenvolvido.

A presença da Unicer na Expo como primeira empresa portuguesa patrocinadora, pela qualidade de que reconhecidamente se revestiu, fruto dos investimentos realizados para além do patrocínio, é para nós motivo de compreensível orgulho e na história da empresa o ano de 1998 irá decerto ficar como um ano de referência. O Pavilhão da Água com que decidimos também associar-nos ao tema da exposição, foi nomeadamente um enorme sucesso traduzido no expressivo número de visitantes que nos procuraram, número que ultrapassou o milhão.

Ao fazer o balanço do que foram os inesquecíveis 132 dias da exposição fica-nos o agradável e gratificante sentimento de que dignificámos a imagem da nossa empresa e como portugueses demos também um contributo importante ao reforço de imagem do nosso País.

No seguimento da nacionalização do sector cervejeiro foram as empresas CUFP (1889), Copeja (1972) e Imperial (1973) fusionadas em 1977, dando origem à Unicer. Esta manteve-se como empresa pública ou com maioria de capital público até 28 de Junho de 1990, data em que o seu capital foi totalmente privatizado.

Partindo de uma situação líquida negativa e de uma quota do mercado nacional da cerveja de 33%, a Unicer detém hoje a liderança do sector com uma quota que ronda os 60% e uma posição económico-financeira de relevo no quadro das empresas portuguesas.

Vocacionada para a indústria cervejeira, que representa cerca de 80% do volume de negócios, tem também posição importante na distribuição de refrigerantes e águas, produtos essencialmente adquiridos a empresas do Grupo.

A sua actividade produtiva está repartida por três modernos centros de produção situados em Leça do Balio, Santarém e Loulé.

Do seu grupo de empresas fazem parte a Rical, dedicada ao fabrico de refrigerantes, a Empresa de Águas Alcalinas e Medicinais de Castelo de Vide, que explora a água *Vitalis*, a *Rotadouro* e a *Servitagus* empresas cujo objecto é a distribuição de bebidas nas áreas respectivamente de Porto e Lisboa, a Maltibérica, uma *joint-venture* com a Inter Malta para a produção de malte, a Univin, uma associação com um grupo empresarial do Minho para a produção de vinho e a Enerleça cujo objecto é a produção de energia.

Focada na satisfação do consumidor, oferece ao mercado produtos de excelente qualidade, dos quais se destacam as cervejas *Super Bock*, *Cool Beer*, *Cristal*, *Carlsberg*, *Tuborg*, *Guinness* e *Cheers*, os refrigerantes *Frisumo*, *Snappy*, *Fru&Tea* e *Guaraná Brahma* e a água *Vitalis* e orgulha-se de ter sido a primeira empresa portuguesa a patrocinar a Expo'98.

(Sem assinaturas.)

Relatório do conselho de administração

Nos termos da lei e dos estatutos, submetemos a VV. Ex.^{as} o relatório de gesta o balanço consolidado, a demonstração dos resultados consolidada e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 1998.

Estando a Unicer organizativamente estruturada como um grupo de empresas cuja actividade está focada nas bebidas e passando por esta empresa a comercialização da esmagadora maioria dos produtos por elas fabricados ganha progressivamente mais significado a actividade consolidada pelo que entende também o conselho de administração passar a dar maior relevância no seu relatório à actividade consolidada.

Neste contexto faz sentido avaliar o desempenho do exercício em termos globais, devendo pois as referências à Unicer ser entendidas com uma óptica de Grupo.

Apreciação geral

O ano de 1998 foi para Portugal mais um ano de significativo crescimento económico. No seguimento das boas *performances* macroeconómicas cumpriu o País os critérios de Maastricht e assegurou a entrada na UEM a partir de Janeiro de 1999. Este facto é da maior relevância porque perspectiva um quadro de estabilidade macroeconómica, base indispensável do desenvolvimento.

A circunstância de 1998 ter sido um ano de boas condições climáticas, com um verão quente e prolongado, e ainda a realização da Expo

e a actividade económica induzida por este particular acontecimento, constituíram um ambiente favorável para o consumo de bebidas.

O mercado cervejeiro nacional apresentou um crescimento de cerca de 3% e a Unicer segundo os indicadores habituais continuou a manter a sua posição de mercado apesar da forte agressividade que o caracterizou.

O mercado de refrigerantes registou um crescimento da ordem dos 12% e a Unicer cresceu muito acima do mercado.

O mercado de águas continuou em expansão embora a ritmo mais modesto do que tem vindo a acontecer em anos recentes. A Unicer comercializando as marcas da sua associada Empresa de Águas de Castelo de Vide — Vitalis e Castelo de Vide — agora com maior capacidade — reforçou a sua posição neste mercado.

O vinho à pressão, outro dos segmentos onde operamos, registou forte recuperação, tendo sido ultrapassado o objectivo dos 3 milhões de litros.

Internamente, a atenção foi dirigida para acções de reestruturação com objectivos de ganhos sustentados de produtividade e de ajustamento estrutural do perfil de custos.

O volume de investimentos efectuados em imobilizado corpóreo foi 5,6 milhões de contos e orientado para o serviço ao cliente, adequação dos aparelhos produtivos às solicitações do mercado, cumprimento das exigências de natureza ambiental, garantia da qualidade e actualização dos sistemas de informação.

Para além do que foi a reconhecida valorização da imagem institucional da empresa decorrente da forma como actuou na Expo'98, ultrapassando as dificuldades operativas surgidas durante a exposição — algumas decorrentes de incumprimentos contratuais da própria Parque Expo, S. A. — e do impacto positivo trazido às duas marcas patrocinadoras — *Vitalis* e *Super Bock* — a actividade desenvolvida em 98 fica bem expressa pela evolução dos seguintes indicadores:

Resultados operacionais 8,2 milhões de contos, o que significa 15,6% das vendas líquidas e 78,1 % acima de 1997;

Resultado líquido 4,1 milhões de contos, ou seja, uma rentabilidade dos capitais próprios médios de 11,5%;

Cash-flow dos resultados 12,2 milhões de contos, ou seja, 23,2% das vendas líquidas;

Quota de mercado cervejeiro nacional na ordem de 60%.

Marketing

As vendas realizadas no exercício atingiram um total de 495,2 milhões de litros, o que correspondeu a um crescimento de 8,2% em relação ao ano anterior.

Em todas as categorias e canais de distribuição, a Unicer apresentou crescimentos, sendo de destacar o crescimento de 10% em refrigerantes, apesar de, em 1998, não distribuirmos os produtos Compal. Sem considerar estes produtos, o crescimento das vendas da Unicer no mercado de refrigerantes situou-se nos 22,8%, o que traduz um reforço significativo da presença das marcas da Unicer neste mercado.

Na sequência dos investimentos efectuados na Empresa de Águas Alcalinas Mediciniais Castelo de Vide, S. A., e em resultado do aumento dos caudais disponíveis, registou-se um crescimento de 42% nas vendas da Unicer neste mercado.

Nos produtos com álcool, salientamos o crescimento de 4% alcançado nas vendas de cerveja e de 55% no vinho, tendo-se ultrapassado nesta última categoria os 3 milhões de litros anuais.

As exportações da Unicer cresceram 14%, tendência esta já verificada em anos anteriores.

A actividade comercial, em 1998, centrou-se sobretudo em três acontecimentos de grande relevância para a empresa:

O lançamento da *Super Bock Cool Beer*;

A participação na Expo'98;

O reconhecimento e divulgação dos premiados pelo Programa de Excelência.

No sentido de acompanhar as tendências observadas nos consumidores, efectuou-se o lançamento da *Super Bock Cool Beer*, que ultrapassou todas as expectativas. A resposta do mercado a este lançamento foi o maior estímulo que poderíamos ter, no sentido de prosseguirmos a política de pesquisa contínua que tem vindo a ser desenvolvida na Unicer.

O patrocínio da Expo'98, que representou um investimento global da ordem de dois milhões de contos, correspondeu não só a um imperativo nacional, mas também a uma vincada orientação, inerente à cultura da empresa e a uma política de gestão que privilegia a qualidade, a satisfação plena dos consumidores e uma dinâmica de ligação à vida portuguesa.

Com o patrocínio da Expo'98, a Unicer evidenciou o elevado sentido de responsabilidade de uma empresa que perfilha tradições, valores e anseios que a identificam intimamente com o povo português. Mas demonstrou, igualmente que, não visando apenas resultados de curto prazo, estava lucidamente a preparar o futuro.

Mas obviamente teve também presente a Unicer, grandes objectivos estratégicos comerciais, e neste sentido, a Expo'98 surgiu como uma oportunidade única para a empresa reforçar a sua notoriedade, mostrar a sua evolução, modernidade e divulgar a qualidade dos seus produtos — nomeadamente através das suas marcas *Super Bock* e *Vitalis*, cerveja e água oficiais da Expo'98 — junto dos consumidores portugueses e estrangeiros.

No seguimento da política de desenvolvimento da rede de distribuição iniciada há alguns anos, concluiu-se o primeiro ano de implementação do Programa de Excelência, com a cerimónia de entrega dos títulos aos distribuidores que mais se distinguiram à luz dos critérios definidos. Salienta-se a atribuição das Estrelas de Ouro, Prata e Bronze simbolizando, por ordem decrescente, os melhores a nível nacional, atribuídos a refrigerantes Altamira, Suminho e Alves & Alves, respectivamente. Foram ainda atribuídas as estrelas regionais (melhores por região) e as estrelas em vendas e em distribuição.

A implementação deste programa permitirá, de forma contínua, promover a focagem da Unicer e sua rede de distribuição, em torno de objectivos comuns de desenvolvimento do mercado.

A Expo'98 foi ainda, para a Unicer a ponte para a viragem do milénio, que sob o lema *Super Bock Cerveja Oficial do Ano 2000*, patrocinará um vasto conjunto de iniciativas. Assume assim a Unicer, e uma vez mais, a promoção dos valores em que mergulha as suas raízes: genuinidade, autenticidade, confiança, qualidade e prazer nas coisas simples e importantes da vida dos portugueses.

Produção

Na linha da estratégia estabelecida continuou em todas as empresas do Grupo o esforço de investimento produtivo de modo a poder responder com flexibilidade acrescida à evolução do mercado.

De igual modo continuou muito expressivo o investimento na área do ambiente, sendo de assinalar nomeadamente o arranque da nova ETAR do Centro de Produção de Santarém e o início dos trabalhos da segunda fase de expansão da ETAR de Leça do Balio.



Ao nível dos custos por hectolitro produzido, constata-se uma melhoria significativa. Este ganho é em si mesmo o resultado de desvios favoráveis de custos de aquisição dos factores produtivos mas também, e, em boa medida, de ganhos sustentados de eficiência produtiva, ganhos que foram e são uma preocupação permanente da gestão nesta área de actividade como o capítulo actividades das empresas do Grupo, dá conta.

Logística

A preocupação central nesta área de actividade esteve focada na melhoria dos níveis de serviço.

Neste sentido procedeu-se à reestruturação orgânica da direcção, incrementando a centralização adicional do processo de decisão, potenciando as virtualidades do trabalho por equipas multidisciplinares e acompanhando em permanência toda a cadeia do processo.

A melhoria do nível de serviço ao cliente ficou a dever-se a um melhor planeamento, melhor integração das pessoas responsáveis envolvidas e acompanhamento permanente do processo da encomenda à entrega, bem como uma crescente atitude de proactividade de toda a equipa. Essa melhoria foi por nós objectivamente mensurada, mas sobretudo foi efectivamente sentida pelos nossos clientes.

Das acções mais relevantes levadas a cabo assinalam-se:

O incremento da polivalência e da responsabilidade delegada;

A implementação do sistema de *cross docking* para abastecimento de clientes estratégicos em algumas áreas do país;

A implementação, em conjunto com os fornecedores de carros empilhadores, de um sistema de registo pormenorizado da actividade operacional desenvolvida por este tipo de equipamento;

A preparação para arranque em Janeiro de 1999 de um novo entreposto para melhor servir clientes estratégicos da zona centro/sul do País.

Sistemas de informação

No âmbito do sistema transaccional e para além de novas funcionalidades n módulos existentes (muitas delas resultantes da evolução do Sistema de Garantia da Qualidade, destacam-se:

A integração da Empresa de Águas de Castelo de Vide no sistema transaccional do Grupo a partir de 1 de Janeiro de 1998;

A substituição da aplicação de tesouraria, permitindo assim uma perfeita integração com os outros módulos, nomeadamente os financeiros;

O desenvolvimento dos módulos específicos para aplicação ao processo industrial nas fábricas de cerveja, cuja entrada em produtivo se iniciou em Janeiro de 1999;

A entrada em produtivo do novo módulo de recursos humanos na componente de remunerações, permitindo garantir a compatibilidade com o ano 2000.

Para suportar a crescente utilização do sistema transaccional foi feita a adaptação dos servidores centrais, melhorando também o tempo de resposta do sistema. Em termos de aplicação informática já devidamente adaptada ao euro, continuámos a dar apoio a um número crescente de distribuidores.

Houve ainda que levar a cabo alterações organizacionais em sintonia com a evolução das necessidades internas dos diferentes utilizadores de modo a melhorar o nível de serviço prestado.

Recursos humanos

De acordo com a política que foi oportunamente definida continuou a concretizar-se no Grupo o rejuvenescimento e a melhoria de qualificação dos recursos humanos.

Em 1998, a média diária de emprego nas empresas do Grupo Unicer foi de 1662 colaboradores.

O aumento salarial médio acordado, tendo em conta a aplicação global dos instrumentos de gestão de pessoal, conduziu já um aumento real dos salários, continuando assim a reforçar-se em valores médios acumulados o poder de compra dos mesmos, política que, sublinhe-se, vem sendo praticada de forma continuada pela empresa desde a privatização.

O montante despendido em formação profissional foi de 148 000 contos, dos quais apenas 52% foram co-financiados pelo PEDIP.

Análise financeira consolidada

1998 em retrospectiva:

As vendas líquidas foram de 52,5 milhões de contos, o que constituiu um aumento de 5 milhões de contos face a 1997.

Os resultados operacionais atingiram 8,2 milhões de contos, contra 4,6 milhões de contos em 1997, o que representou um acréscimo de 78,1%.

Os custos líquidos de financiamento ascenderam a 143 000 contos, o que significou uma redução de 244 000 contos.

Os resultados correntes totalizaram 8 milhões de contos, comparativamente a 4,2 milhões de contos no ano transacto, o que representou um aumento de 91%.

Os resultados extraordinários foram negativos em 896 000 contos, consequência da constituição de provisões para outros riscos e encargos e da doação do Pavilhão da Água à Câmara Municipal do Porto.

Os resultados líquidos de 4,1 milhões de contos, representaram um aumento de 70,9% face a 1997.

A demonstração dos resultados

Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços, de 52,5 milhões de contos, registaram um acréscimo de 10,6% face ao ano anterior, essencialmente justificado pelo aumento do volume de vendas.

Para este acréscimo, as empresas do Grupo contribuíram com 1,3 milhões de contos, com destaque para a Rotadouro e Servitagus, que estiveram já em pleno funcionamento desde o início do ano, contrariamente a 1997 em que apenas iniciaram a sua actividade no 2.º semestre.

Custos das vendas e das prestações de serviços

O agravamento de 358 000 contos face a 1997, resultou do maior volume vendido, uma vez que os custos variáveis médios de produção diminuíram como consequência da redução de preços das principais matérias-primas e material de embalagem e ganhos de eficiência obtidos.

Esta realidade verificou-se na Unicer e nas restantes empresas do Grupo.

Resultados brutos

O efeito conjugado das duas rubricas anteriores resultou num acréscimo do resultado bruto de 4,6 milhões de contos, isto é, mais 19,7% do que igual período do ano anterior.

Custos de distribuição

Os custos de distribuição, que também contemplam os custos comerciais, registaram um acréscimo em relação a 1997, consequência do esforço em publicidade e propaganda exigido pela participação na Expo'98, conjugado com maiores custos de transportes associados ao maior volume de vendas.

Custos administrativos

O acréscimo nos custos administrativos resultou essencialmente do agravamento nos custos com pessoal, consubstanciada numa racionalização e reafecção de pessoas e meios, levada a cabo durante o exercício, custos estes não recorrentes.

Outros proveitos operacionais

No que respeita a outros proveitos operacionais, salientaram-se as comparticipações comerciais recebidas ao abrigo de acordos estabelecidos com outras companhias internacionais produtoras de bebidas, e ainda subsídios estatais à exploração, relativos a formação profissional.

Custo líquido de financiamento

O custo líquido de financiamento registou uma diminuição de 244 000 contos, justificada fundamentalmente pela redução das taxas de juro verificada ao longo do exercício e pelo menor recurso ao endividamento bancário.

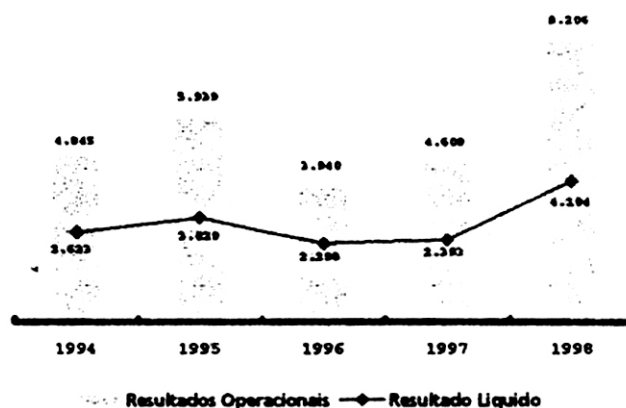
Resultados operacionais

Os resultados operacionais apresentaram um acréscimo de 3,6 milhões de contos, ou seja, um aumento de 78,1% face a igual período do ano anterior.

Para este resultado, as empresas do Grupo contribuíram com 968 000 contos.

Evolução dos resultados

Milhares de escudos



Resultados extraordinários

Sob esta designação estão abrangidas situações não recorrentes e não directamente atribuídas ao normal funcionamento do Grupo Unicer.

Neste âmbito, dois factos assumiram especial importância devido à sua influência nos resultados extraordinários. O primeiro diz respeito à doação do Pavilhão da Água à Câmara Municipal do Porto, acto que pretende prolongar os efeitos positivos da participação na Expo'98 e pelo qual se incorreu num custo superior a 640 000 contos. O outro facto prende-se com a escrituração de cerca de 500 000 contos de provisões para outros riscos e encargos, salvaguardando o Grupo de futuras contingências.

Imposto sobre o resultado

O imposto sobre o resultado é muito superior ao do ano transacto, como consequência de dois factores:

Aumento dos resultados antes de impostos em 3,2 milhões de contos;

Aumento da taxa efectiva de imposto, 42,1% em 1998 contra 39% em 1997. Este aumento é justificado pela não aceitação, como custo fiscal, das provisões para outros riscos e encargos e parte das amortizações resultantes da reavaliação efectuada no exercício.

O balanço

O total do balanço reduziu-se 1 milhão de contos, comparativamente período homólogo do ano anterior. Esta variação é justificada pelos seguintes factores:

Compra de acções próprias até ao limite legal permitido (10%).

A Unicer, durante o exercício, desembolsou 6012 milhares de contos na compra de 1 541 900 acções e encaixou 112 milhares de contos na venda de 27 200 acções. O saldo resultante foi de 1 514 700 acções, as quais, adicionadas às 435 300 em carteira em 31 de Dezembro de 1997, perfazem 1 950 000. A operação de recompra de acções próprias até ao máximo legalmente permitido foi levada a cabo com o objectivo de otimizar o custo médio ponderado dos capitais, acrescentando valor para os accionistas;

Melhoria do capital circulante materializada numa variação de 3,8 milhões de contos, que se traduziu numa diminuição assinalável das necessidades de fundo de maneio.

A rentabilidade dos capitais próprios aumentou cinco pontos percentuais, passando de 6,5% em 1997 para 11,5% em 1998.

Activos fixos

De salientar a reavaliação de terrenos e edifícios efectuada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, a qual atingiu o montante de 2,9 milhões de contos.

Situação líquida

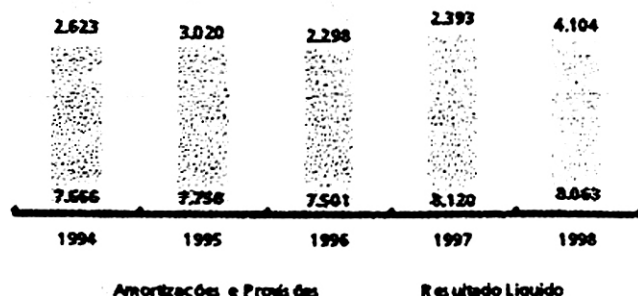
A redução na situação líquida de 1,1 milhões de contos, é devida à aquisição de acções próprias, parcialmente compensada pelo aumento dos resultados líquidos e das reservas (essencialmente de reavaliação do imobilizado).

Cash-flow

O cash-flow dos resultados de 12,2 milhões de contos, apresentou um acréscimo face ao ano anterior de 15,7%, justificado essencialmente pelo aumento verificado ao nível do resultado líquido.

Cash-flow

Milhares de escudos



O cash-flow operacional cifrou-se em 16 milhões de contos, traduzindo um acréscimo de 2,5 milhões de contos face a 1997. Esta variação é explicada pelos acréscimos do cash-flow do capital circulante e do cash-flow dos resultados, que aumentaram 877 000 contos e 1,7 milhões de contos respectivamente.

O cash-flow disponível, constituído pelos fundos resultantes da actividade operacional, depois de satisfeitas as necessidades de investimento requeridas pela Unicer, foi de 5,3 milhões de contos, o qual foi utilizado no pagamento de dividendos e na diminuição do endividamento.

As actividades de investimento foram orientadas para a aquisição de activos fixos em 5,3 milhões de contos, e pela já referida aquisição de acções próprias.

O cash-flow líquido foi de 2,9 milhões de contos, o que correspondeu à variação de Caixa e Bancos ocorrida durante o exercício.

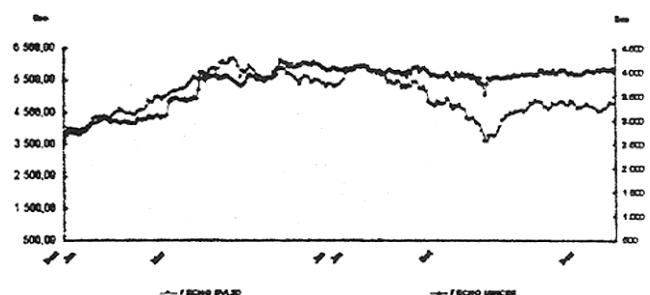
Risco cambial

O risco cambial foi essencialmente coberto pelo recurso à movimentação de contas multidivisas, concentradoras das receitas de exportação. Apenas pontualmente se efectuou compra de moeda no mercado SPOT.

Mercado dos capitais

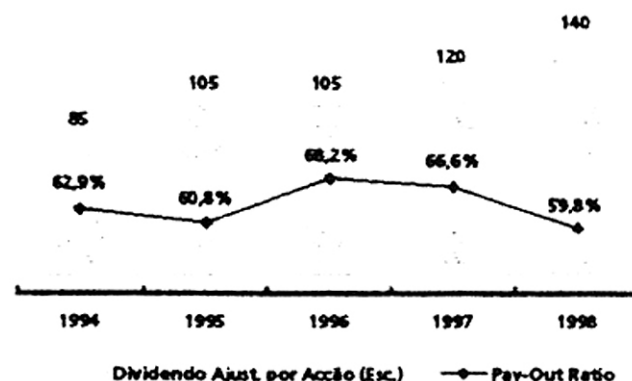
A evolução do mercado de capitais português, medido pelo índice BVL30, no qual se insere as acções da Unicer, foi muito positivo.

Evolução da Unicer vs BVL30 em 1998



O desempenho registado pela cotação das nossas acções pode ser visto no gráfico junto e traduz uma valorização de 56,7% versus 26,8% para aquele índice.

Dividendo ajustado e pay-out



Nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, confirmamos que não existem dívidas em atraso à segurança social.

O euro e o ano 2000

A problemática de entrada no euro foi oportunamente tratada, tendo sido feitas as adaptações necessárias para que a empresa estivesse em condições de responder às implicações inerentes ao euro.

A problemática do ano 2000 foi abordada em Março de 1998, tendo para o efeito sido constituída uma equipa de trabalho com a responsabilidade de cobrir todas as empresas do Grupo e na oportunidade estabelecido um calendário de acção que vai permitir garantir a total compatibilidade, situação que estará devidamente testada até Julho de 1999.

O custo das acções necessárias não tem impacto material nos resultados da empresa.

Perspectivas para 1999

Em 1999, o primeiro ano vivido em ambiente euro, irá provavelmente persistir o ambiente depressivo nas economias asiáticas, russa e sul americanas.

Vai-se por outro lado alargando com velocidade crescente a globalização, não tendo sido ainda postos em acção mecanismos eficazes de controlo do movimento de capitais especulativos.

Há pois no horizonte receios. Contudo, há também motivos para acreditar que o novo ambiente económico europeu tem virtualidades para atenuar estas preocupações, sendo de esperar também que desse ambiente venha a beneficiar em 1999 o nosso sector de actividade e consequentemente também a nossa empresa.

Na expectativa de que não venham a ocorrer contingências externas que possam vir a afectar de modo significativo a envolvente económico social perspectivada para o nosso país, tem a Unicer fundadas razões para esperar um exercício de 1999 na linha de tendência que tem vindo a apresentar.

Actividade das empresas do Grupo

Rical

Verificou-se durante o corrente exercício um aumento significativo da produção de refrigerantes, que se traduziu num volume de 64 milhões litros, ou seja, mais 29,5% do que em igual período de 1997.

A comercialização destes produtos foi maioritariamente assumida pela Unicer, destinando-se uma pequena percentagem à distribuição própria.

As vendas líquidas cifraram-se em 4,1 milhões de contos, um acréscimo de 23% relativamente a 1997.

A par desta boa *performance* é de assinalar uma melhoria da margem bruta decorrente de ganhos de eficiência e de uma diminuição do custo médio das matérias-primas.

Apesar do reforço das amortizações decorrentes dos fortes investimentos levados a cabo em meados do ano transacto, dos cerca de 400 000 contos investidos durante o exercício e da reavaliação do imobilizado (terrenos e edifícios), a empresa apresentou um resultado antes de impostos de 166 000 contos, correspondente a um resultado líquido de 97 000 contos.

A rentabilidade do capital próprio passou de 6,1% para 7%, atingindo o *cash-flow* um valor de 501 000 contos, mais 71% comparativamente ao período homólogo de 1997.

Águas de Castelo de Vide

O corrente exercício ficou marcado pela assinatura de um contrato de concessão com o Instituto Geológico e Mineiro e com o assinalável aumento das vendas, as quais atingiram os 49 milhões de litros, mais 41% comparativamente a 1997.

As vendas líquidas foram de 1,8 milhões de contos, o que representa um acréscimo de 20% relativamente a igual período de 1997. A margem bruta melhorou significativamente relativamente ao ano anterior em grande medida devido à diminuição do custo de embalagem, resultante da substituição da anterior garrafa PVC pela garrafa PET.

Neste exercício, foram realizados investimentos totalizando 389 000 contos, e essencialmente orientados para a modernização de equipamentos da área industrial.

Nos termos do estipulado no Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, foi realizada reavaliação de terrenos e edifícios, que se traduziu num impacto no balanço de 53 000 contos.

O resultado líquido foi de 235 000 contos, tendo o *cash-flow* atingido 330 000 contos, o que corresponde a um acréscimo de 24% e 27%, respectivamente.

Enerleça

Esta empresa teve resultados diferenciados no que respeita às suas instalações em Leça do Balio e Santarém. Nesta última unidade, a menor *performance* deve-se ao facto da produção de vapor, principal elemento gerado pelo Turbo Grupo, ter ficado bastante aquém das expectativas decorrentes das alterações introduzidas no processo produtivo do Centro de Produção.

No que diz respeito a Leça do Balio, a melhoria dos resultados fica a dever-se a uma maior quantidade vendida, a um menor custo médio de combustível adquirido e a uma menor quantidade de electricidade comprada à EN.

Globalmente considerados os resultados líquidos cifraram-se em cerca de 49 000 contos contra 78 000 contos no ano anterior.

Maltibérica

O exercício de 1998 foi caracterizado por uma forte concorrência a nível mundial, que se reflectiu nos preços de malte, os quais sofreram uma redução substancial, redução não integralmente acompanhada pelos preços de mercado das matérias-primas. A conjugação simultânea destes factores, apesar dos ganhos de eficiência conseguidos, traduziu-se por uma evolução negativa, da margem bruta, que se reduziu em 2,6 pontos percentuais.

O volume de produção situou-se nas 35 000 toneladas, o que significou um aumento de 6% relativamente a igual período de ano anterior.

Nos termos constantes do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, foi efectuada a reavaliação de terrenos e edifícios, que teve um impacto no balanço de 553 000 contos.

Apesar do acréscimo significativo decorrente das amortizações, o resultado líquido foi de 60 000 contos contra 109 000 contos registados em 1997.

UNIVIN

A actividade desenvolvida revela um forte crescimento das vendas que atingiram 3,1 milhões de litros contra cerca de 2 milhões em igual período do ano anterior.

Durante o exercício foi levado a efeito uma reestruturação da dívida remunerada ao abrigo de uma linha de crédito do IFADAP, destinada ao apoio ao sector agrícola e agro-industrial.

O volume de investimentos realizados, tendo em vista objectivos de consolidação do negócio atingiu cerca de 140 000 contos.

O resultado líquido foi de 30 000 contos, o que contrasta positivamente com valor negativo de 38 000 contos obtido no ano anterior.

Rotadouro

Esta empresa apresenta resultados negativos, os quais estão fortemente ligados à fase de consolidação da actividade, à reduzida área de actuação e consequente reduzido volume de vendas atingido.

De recordar que 1998, foi o primeiro exercício completo de actividade.

Servitagus

Esta empresa teve um papel preponderante na operação de abastecimento à Expo'98. Por este facto, o volume de vendas foi bastante superior àquele que seria esperado numa situação de actividade normal, o que influenciou significativamente os resultados do exercício, os quais se cifraram em 21 000 contos positivos.

Considerações finais

Encerrou a 30 de Setembro a Expo'98. A Unicer, pelo elevado grau de profissionalismo dos seus colaboradores, directa e indirectamente envolvidos neste projecto, deu também um valioso contributo para o sucesso da exposição.

Sinais claros deste contributo são a qualificação atribuída à qualidade da nossa presença revelada pelos inquéritos de opinião e o expressivo número de visitantes que procuraram o nosso pavilhão.

Procurando ir ao encontro deste interesse e por convite da Parque Expo, decidimos manter aberto o Pavilhão da Água Unicer até final de 1998.

Fiel às suas raízes — a maior das empresas cervejeiras fusionadas na Unicer nasceu na cidade do Porto em 1890 — a Unicer, quando entendeu estar presente na expo com um pavilhão, decidiu que o mesmo seria concebido de modo a poder ser objecto de oferta à cidade, onde nasceu, caso também viesse a ser esse o desejo da autarquia.

A confirmação de aceitação por parte da autarquia foi imediata e recebida com o projecto ainda na fase final de especificação do conteúdo.

Em cerimónia pública nos paços do concelho, realizada a 28 de Dezembro de 1998, foi formalmente assinado o protocolo de doação à Câmara Municipal do Porto para que possa ser instalado no parque da cidade.

O pavilhão muda de local, muda de mãos, mas não muda de função. Fica sem dúvida em boas mãos e irá decerto também continuar a ser um caso de sucesso.

A contribuição directa e indirecta das empresas do Grupo para o Estado, seja em impostos ou contribuições para a segurança social,

atingiu cerca de 29,3 milhões de contos, ou seja, 55,8% das vendas líquidas consolidadas.

Uma palavra de muito reconhecimento aos nossos clientes e distribuidores pelo seu valioso contributo e pela confiança que em nós continuaram a depositar.

A todos os nossos colaboradores, mas muito especialmente àqueles que pela competência dedicação e espírito de equipa mais se distinguiram no desempenho das suas funções, e assim melhor contributo trouxeram ao engrandecimento da empresa, o nosso especial agradecimento.

Leça do Balio, 2 de Março de 1999. — O Conselho de Administração: *José Manuel Capelo Soares da Fonseca*, presidente — *Edgar Alves Ferreira*, vice-presidente — *Armando Costa Leite de Pinho*, vice-presidente — *Luís Fernando Mira Amaral*, vice-presidente — *Michael Christian Stig Iuul*, vice-presidente — *José Aníbal Lousada Soares*, vogal — *Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira*, vogal — *João Barbosa Machado*, vogal — *Gert Brandt Petersen*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Proposta de aplicação de resultados

A Unicer — União Cervejeira, S. A., registou no exercício de 1998 um resultado líquido de 4 104 101 911\$99.

Na conta de resultados transitados estão contabilizados os seguintes valores:

Regularizações no âmbito dos registos efectuados em 1997 nos termos da directriz contabilística n.º 8	57 452 470\$38
Resultados das filiais não distribuídos	(447 817 143\$18)
	<u>(390 364 672\$80)</u>

Nesta data, o saldo da conta de resultados transitados é, assim, de 3 713 737 239\$19.

Face aos resultados alcançados, à solidez financeira, às expectativas de médio prazo e à tradicional política de distribuição de dividendos que tem vindo a ser seguida desde a privatização da empresa, propõe a administração a seguinte aplicação de resultados:

Para reserva legal — 205 500 000\$;
Para dividendo — 140\$/acção;
Para outras reservas — o remanescente.

Leça do Balio, 2 de Março de 1999. — O Conselho de Administração: *José Manuel Capelo Soares da Fonseca*, presidente — *Edgar Alves Ferreira*, vice-presidente — *Armando Costa Leite de Pinho*, vice-presidente — *Luís Fernando Mira Amaral*, vice-presidente — *Michael Christian Stig Iuul*, vice-presidente — *José Aníbal Lousada Soares*, vogal — *Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira*, vogal — *João Barbosa Machado*, vogal — *Gert Brandt Petersen*, vogal.

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 1998 e 1997

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

Notas	1998			1997
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	911 712	701 926	209 786	390 835
Despesas de investigação e de desenvolvimento	9 887	3 296	6 591	—
Propriedade industrial e outros direitos	4 384	2 769	1 615	1 869
27 e 42	<u>925 983</u>	<u>707 991</u>	<u>217 992</u>	<u>392 704</u>
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	3 331 951	—	3 331 951	2 713 247
Edifícios e outras construções	23 563 135	14 471 806	9 091 329	7 643 790
Equipamento básico	61 407 822	44 482 465	16 925 357	18 228 271
Equipamento de transporte	2 191 450	1 337 244	854 206	476 298
Ferramentas e utensílios	1 350 211	1 207 245	142 966	152 359
Equipamento administrativo	2 741 488	2 367 657	373 831	500 509
Taras e vasilhame	21 750 521	17 272 940	4 477 581	4 832 272
Outras imobilizações corpóreas	679 225	391 775	287 450	314 861
Imobilizações em curso	802 164	—	802 164	853 632
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	63 026	—	63 026	31 945
27 e 42	<u>117 880 993</u>	<u>81 531 132</u>	<u>36 349 861</u>	<u>35 747 184</u>
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	27 e 46 352 164	41 396	310 768	313 800
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 110 200	—	2 110 200	2 381 769
Produtos e trabalhos em curso	607 828	—	607 828	545 014
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	4 590	—	4 590	4 433
Produtos acabados e intermédios	659 909	—	659 909	650 893
Mercadorias	722 147	—	722 147	648 405
46	<u>4 104 674</u>	<u>—</u>	<u>4 104 674</u>	<u>4 230 514</u>
Dívidas de terceiros — médio e longo prazos:				
Clientes, c/c	2 961 539	—	2 961 539	4 261 104
Clientes de cobrança duvidosa	1 787 135	1 784 233	2 902	—

(Em milhares de escudos)

Notas	1998			1997
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Empresas participadas e participantes	6 422	—	6 422	6 422
Outros devedores	1 534 413	—	1 534 413	1 582 439
46	6 289 509	1784 233	4 505 276	5 849 965
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	6 122 794	157 458	5 965 336	5 550 614
Clientes — Títulos a receber	6 758	—	6 758	22 759
Adiantamentos a fornecedores	87 063	—	87 063	85 810
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	130	—	130	—
Estado e outros entes públicos	286 760	—	286 760	911 929
Outros devedores	2 497 256	7 789	2 489 467	2 267 999
46	9 000 761	165 247	8 835 514	8 839 111
Títulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis	1 229	—	1 229	1 229
Outras aplicações de tesouraria	99 747	—	99 747	55 667
	100 976	—	100 976	56 896
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	535 048		535 048	230 862
Caixa	4 403		4 403	3 878
	539 451		539 451	234 740
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	125 101		125 101	107 056
Custos diferidos	656 064		656 064	967 709
	781 165		781 165	1 074 765
Total de amortizações		82 239 123		
Total de provisões		1 990 876		
Total do activo	139 975 676	84 229 999	55 745 677	56 739 679

CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO

	Notas	1998	1997
Capital próprio:			
Capital		19 500 000	19 500 000
Acções próprias — valor nominal		(1 950 000)	(435 300)
Acções próprias — descontos e prémios		(5 002 943)	(600 873)
Diferenças de consolidação		(235 187)	(235 187)
Reservas de reavaliação		11 219 509	8 335 923
Reservas:			
Reservas legais		2 116 200	1 924 346
Outras reservas		5 280 637	5 979 775
Resultados transitados		249 789	(501 506)
Subtotal		31 178 005	33 967 178
Resultado líquido do exercício		4 104 100	2 392 817
Total do capital próprio		35 282 105	36 359 995
Interesses minoritários		737 907	422 505
Passivo:			
Provisões para riscos e encargos:			
Provisões para impostos	46	626 740	193 319
Outras provisões para riscos e encargos		84 769	—
		711 509	193 319

(Em milhares de escudos)

	Notas	1998	1997
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:			
Dívidas a instituições de crédito		265 431	391 667
Empresas participadas e participantes		245 000	281 750
Fornecedores de imobilizado, c/c		115 348	64 463
Outros credores		34 302	87 061
Credores, com caução por taras e vasilhame em trânsito		4 926 905	4 863 611
		<u>5 586 986</u>	<u>5 688 552</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito		701 508	3 269 550
Fornecedores, c/c		2 587 588	2 216 720
Fornecedores — facturas em recepção e conferência		102 147	150 129
Empresas participadas e participantes		45 183	62 953
Outros accionistas		30 446	30 853
Fornecedores de imobilizado, c/c		1 160 675	1 140 195
Estado e outros entes públicos		5 054 263	3 556 407
Outros credores		248 870	560 225
		<u>9 930 680</u>	<u>10 987 032</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos		3 139 775	2 749 989
Proveitos diferidos		356 715	338 287
		<u>3 496 490</u>	<u>3 088 276</u>
<i>Total do passivo</i>		<u>19 725 665</u>	<u>19 957 179</u>
<i>Total do capital próprio dos interesses minoritários e passivo</i>		<u>55 745 677</u>	<u>56 739 679</u>

O Conselho de Administração: *José Manuel Capelo Soares da Fonseca*, presidente — *Edgar Alves Ferreira*, vice-presidente — *Armando Costa Leite de Pinho*, vice-presidente — *Luís Fernando Mira Amaral*, vice-presidente — *Michael Christian Stig Iuul*, vice-presidente — *José Aníbal Lousada Soares*, vogal — *Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira*, vogal — *João Barbosa Machado*, vogal — *Gert Brandt Petersen*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 1998 e 1997

CUSTOS E PERDAS

	Notas	1998	1997
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias		1 742 699	2 465 723
Matérias-primas		<u>14 322 186</u>	<u>13 191 296</u>
Fornecimentos e serviços externos		13 012 717	11 741 891
Custos com o pessoal:			
Remunerações		5 504 391	5 251 191
Encargos sociais:			
Pensões		26	24
Outros		<u>2 071 096</u>	<u>1 961 995</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo		7 720 101	7 168 851
Provisões	46	<u>343 173</u>	<u>951 203</u>
Impostos		79 808	46 479
Outros custos operacionais		<u>219 020</u>	<u>358 590</u>
(A)		45 015 217	43 137 243
Perdas em empresas do Grupo e associadas		—	—
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros		10 784	—
Juros e custos similares:			
Outros	44	335 849	346 633
(C)		45 361 850	43 756 223
Custos e perdas extraordinários	45 e 46	<u>1 464 955</u>	<u>930 987</u>
(E)		46 826 805	44 687 210
Imposto sobre o rendimento do exercício		<u>3 019 348</u>	<u>1 555 216</u>
(G)		49 846 153	46 242 426
Interesses minoritários		44 435	34 748
Resultado líquido do exercício		<u>4 104 100</u>	<u>2 392 817</u>
		<u>53 994 688</u>	<u>48 669 991</u>

PROVEITOS E GANHOS

(Em milhares de escudos)

	Notas	1998	1997
Vendas:			
Mercadorias	36	12 384 704	13 361 062
Produtos	36	39 961 419	33 948 121
Prestação de serviços	36	115 913	134 286
Varição da produção		71 987	(319 261)
Proveitos suplementares		399 160	396 582
Subsídios à exploração		258 545	209 365
Outros proveitos e ganhos operacionais		29 922	14 631
(B)		53 221 652	47 744 786
Rendimentos de participações de capital	44	57	51
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:			
Outros	44	1 951	27 833
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo	44	—	—
Outros		201 793	204 666
(D)		203 801	232 550
Proveitos e ganhos extraordinários	45	53 425 453	47 977 336
(F)		569 235	692 655
		53 994 688	48 669 991
Resumo:			
Resultados operacionais: (B)–(A) =		8 206 434	4 607 543
Resultados financeiros: (D)–(B)–(C)–(A) =		(142 832)	(386 430)
Resultados correntes: (D)–(C) =		8 063 602	4 221 113
Resultados antes de impostos: (F)–(E) =		7 167 882	3 982 781
Resultado líquido do exercício: (F)–(G) =		4 148 534	2 427 565

O Conselho de Administração: *José Manuel Capelo Soares da Fonseca*, presidente — *Edgar Alves Ferreira*, vice-presidente — *Armando Costa Leite de Pinho*, vice-presidente — *Luís Fernando Mira Amaral*, vice-presidente — *Michael Christian Stig Iuul*, vice-presidente — *José Aníbal Lousada Soares*, vogal — *Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira*, vogal — *João Barbosa Machado*, vogal — *Gert Brandt Petersen*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados em 31 de Dezembro de 1998 e 1997

	1998	1997
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	72 409 186	66 315 903
Pagamentos a fornecedores	(28 748 510)	(25 691 296)
Pagamentos ao pessoal	(7 053 874)	(6 286 328)
Fluxo gerado pelas operações	36 606 802	34 338 279
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(1 618 899)	(678 303)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(17 197 075)	(18 153 991)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	17 790 828	15 505 985
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	4 703	26 027
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(6 025)	(28 397)
Fluxos das actividades operacionais [1]	17 789 506	15 503 615
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	2	552
Imobilizações corpóreas	161 600	7 740
Subsídios de investimento	83 793	—
Juros e proveitos similares	—	14 766
Dividendos	57	51
	245 452	23 109

(Em milhares de escudos)

	1998	1997
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	8 953	1900
Imobilizações corpóreas	6 168 931	8 017 825
Imobilizações incorpóreas	—	7 683
	<u>6 177 884</u>	<u>8 027 408</u>
Fluxos das actividades de investimento [2]	<u>(5 932 432)</u>	<u>(8 004 299)</u>
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	18 476 690	18 882 044
Venda de acções próprias	111 650	63 358
Juros e proveitos similares	180 173	147 420
Empréstimos concedidos	1 825 978	1 254 295
	<u>20 594 491</u>	<u>20 347 117</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	21 307 491	23 507 409
Amortizações de contratos de locação financeira	171 729	11 162
Juros e custos similares	273 072	483 726
Dividendos	2 301 920	2 005 436
Aquisição de acções próprias	5 980 746	—
Empréstimos concedidos	2 067 690	1 792 489
	<u>32 102 648</u>	<u>27 800 222</u>
Fluxos das actividades de financiamento [3]	<u>(11 508 157)</u>	<u>(7 453 105)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	348 917	46 211
Efeito das diferenças de câmbio	(124)	15 811
Caixa e seus equivalentes no início do período	291 635	229 613
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>640 428</u>	<u>291 635</u>

O Conselho de Administração: *José Manuel Capelo Soares da Fonseca*, presidente — *Edgar Alves Ferreira*, vice-presidente — *Armando Costa Leite de Pinho*, vice-presidente — *Luís Fernando Mira Amaral*, vice-presidente — *Michael Christian Stig Iuul*, vice-presidente — *José Aníbal Lousada Soares*, vogal — *Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira*, vogal — *João Barbosa Machado*, vogal — *Gert Brandt Petersen*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa consolidados em 31 de Dezembro de 1998

(Montantes expressos em milhares de escudos)

1 — Aquisição/alienação de partes de capital:

Relativamente à aquisição de partes de capital ocorrida em cada um dos exercícios é de referir o seguinte:

a) 1998:

Aquisição:

Subscrição de aumento de capital Cicer, L.^{da} 10 783

Os pagamentos relativos a esta aquisição processaram-se através de caixa ou equivalentes.

b) 1997:

Aquisição:

Participação na Rotadouro (100%) 1 000
 Participação na Servitagus (100%) 1 000
 Subscrição de capital da Embopar, S. A. 1 200
3 200

Os pagamentos relativos a esta aquisição processaram-se através de caixa ou equivalentes.

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

A discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 1998 e 1997, e a reconciliação entre o seu valor

e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquelas datas, são como segue:

	1998	1997
Numerário	3 196	1 366
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	636 024	287 973
Equivalentes a caixa	1 208	2 296
Caixa e seus equivalentes	<u>640 428</u>	<u>291 635</u>
Disponibilidades constantes do balanço ...	<u>640 428</u>	<u>291 635</u>

3 — Actividades financeiras não monetárias:

A empresa tem disponíveis linhas de crédito no montante de 8 000 000 de milhares de escudos, que poderão ser utilizadas para futuras actividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

O Conselho de Administração: *José Manuel Capelo Soares da Fonseca*, presidente — *Edgar Alves Ferreira*, vice-presidente — *Armando Costa Leite de Pinho*, vice-presidente — *Luís Fernando Mira Amaral*, vice-presidente — *Michael Christian Stig Iuul*, vice-presidente — *José Aníbal Lousada Soares*, vogal — *Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira*, vogal — *João Barbosa Machado*, vogal — *Gert Brandt Petersen*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

**Demonstrações dos resultados consolidados por funções
para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 1998 e 1997**

(Em milhares de escudos)

	1998	1997	Variação	
			Valor	Porcentagem
Vendas e prestações de serviços	52 462 038	47 443 469	5 018 569	10,6
Custos das vendas e prestações de serviços	24130 021	23 772 047	(357 974)	— 1,5
Resultados brutos	28 332 017	23 671 422	4 660 595	19,7
Outros proveitos e ganhos operacionais	687 627	620 578	67 049	10,8
Custos de distribuição	16 343 920	15 436 643	(907 277)	(5,9)
Custos administrativos	4 469 290	4 247 816	(221 474)	(5,2)
Resultados operacionais	8 206 434	4 607 541	3 598 893	78,1
Custo líquido de financiamento	142 832	386 430	243 599	63,0
Resultados não frequentes	(895 720)	(238 330)	(657 390)	—
Resultados correntes	7 167 882	3 982 780	3 185 102	80,0
Impostos sobre os resultados correntes	3 019 348	1 555 216	(1 464 131)	(94,1)
Resultados correntes após impostos	4 148 534	2 427 565	1 720 971	70,9
Resultados líquidos com interesses minoritários	4 148 534	2 427 565	1 720 971	70,9
Resultados por acção (em escudos)	213	124	88	70,9

O Conselho de Administração: *José Manuel Capelo Soares da Fonseca*, presidente — *Edgar Alves Ferreira*, vice-presidente — *Armando Costa Leite de Pinho*, vice-presidente — *Luís Fernando Mira Amaral*, vice-presidente — *Michael Christian Stig Iuul*, vice-presidente — *José Aníbal Lousada Soares*, vogal — *Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira*, vogal — *João Barbosa Machado*, vogal — *Gert Brandt Petersen*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

**Valorização em euros das rubricas mais significativas
das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 1998**

Rubrica	Euro	Milhares de escudos
Total do activo	278 058 264,58	55 745 677
Total dos capitais próprios	175 986 397,78	35 282 105
Interesses minoritários	3 680 664,60	737 907
Total do passivo	98 391 202,20	19 725 665
Vendas líquidas	261 679 542,30	52 462 038
Resultados brutos	140 877 205,93	28 243 344
Resultados operacionais	40 933 520,22	8 206 434
Resultados financeiros	(712 443,01)	(142 832)
Resultados correntes	40 221 077,20	8 063 602
Resultados antes de impostos	35 753 244,68	7 167 882
Resultados líquidos com interesses minoritários	20 692 800,35	4 148 534
Resultados líquidos da Unicer	20 471 164,49	4 104 100

	Euro	Escudos
Proposta de distribuição de dividendos	(a) 0,698317	140

(a) Dado que a Unicer não tem o seu capital social redenominado em euros impõe-se apresentar o contravalor em escudos nesta moeda com um número de dígitos suficientes, de forma a não distorcer o montante a distribuir.

O Conselho de Administração: *José Manuel Capelo Soares da Fonseca*, presidente — *Edgar Alves Ferreira*, vice-presidente — *Armando Costa Leite de Pinho*, vice-presidente — *Luís Fernando Mira Amaral*, vice-presidente — *Michael Christian Stig Iuul*, vice-presidente — *José Aníbal Lousada Soares*, vogal — *Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira*, vogal — *João Barbosa Machado*, vogal — *Gert Brandt Petersen*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

**Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de Dezembro de 1998**

(Montantes expressos em milhares de escudos)

Nota introdutória:

A Unicer — União Cervejeira, S. A., é uma sociedade anónima constituída em 6 de Outubro de 1988, conforme Decreto-Lei n.º 353/88 e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 71/89, de 3 de Março, que tem como actividade principal a produção e comercialização de cerveja e de todas as bebidas em geral.

Foi das empresas nacionalizadas a primeira a ser privatizada, sendo 49% em 26 de Abril de 1989 e os restantes 51% em 28 de Junho de 1990.

O universo das filiais da Unicer, cuja consolidação se torna exigível nos termos do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, é caracterizado pela estreita ligação à empresa-mãe quer em termos de integração de gestão, quer em termos do volume de actividade.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para demonstrações financeiras consolidadas.

As notas que não estão incluídas neste anexo não são aplicáveis ao grupo Unicer ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

Por simplicidade de apresentação, são utilizadas as seguintes abreviaturas para identificar as empresas do grupo:

Unicer — União Cervejeira, S. A. — Unicer.
Empresa das Águas Alcalinas e Medicinais de Castelo de Vide, S. A. — Castelo de Vide.

Rical — Empresa Produtora de Refrigerantes e Águas, L.ª — Rical.
Maltibérica — Sociedade Produtora de Malte, S. A. — Maltibérica.
Enerleça — Produção de Energia, L.ª — Enerleça.

Univin — União Vinícola, L.ª — Univin.
Rotadouro — Distribuição de Produtos Alimentares, L.ª — Rotadouro.
Servitagus — Serviços de Distribuição, L.ª — Servitagus.

1 — Empresas do grupo incluídas na consolidação:

São as seguintes as empresas do Grupo incluídas na consolidação por força da Unicer ser titular da maioria dos direitos de voto, conforme n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho:

Empresas	Sede	Fracção de capital detida (porcentagem)
Unicer	Matosinhos	—
Castelo de Vide	Castelo de Vide	100
Rical	Santarém	100
Maltibérica	Palmela	51
Enerleça	Matosinhos	100
Univin	Matosinhos	51
Rotadouro	Matosinhos	100
Servitagus	Matosinhos	100

6 — Empresas participadas:

As empresas participadas da Unicer são as seguintes:

	Sede	Valor da participação	Fracção de capital detida (porcentagem)	Capitais próprios	Resultados líquidos	Ano
Bioeid — Empresa de Investigação e Desenvolvimento em Biotecnologia, S. A.	Lisboa	12 000	12,50	12 370	(8 916)	1997
Barracuda Clube — Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, S. A.	Lisboa	3 531	16,42	15 028	(399)	1997
Companhia União de Cervejas de Angola Cuca, S. A.	Angola	7 805	15,61	(a)	(a)	
Companhia de Iniciativas Económicas Ultramarinas, S. A.	Moçambique	9 023	15,03	(a)	(a)	
<i>Total</i>		32 359				

(a) Elementos não disponíveis. Estes investimentos encontram-se totalmente provisionados.

7 — Número médio de pessoas ao serviço das empresas:

O número médio de empregados ao serviço da Unicer e das empresas do grupo durante o exercício, foi o seguinte:

	Dirigentes	Efectivos	Contratados	Temporários	Total
Unicer	5	1 170	119	77	1 371
Castelo de Vide	3	43	40	—	86
Rical	2	82	42	—	126
Maltibérica	2	12	2	—	16
Enerleça	2	—	—	—	2
Univin	3	3	—	—	6
Rotadouro	2	11	11	—	23
Servitagus	1	20	11	—	32

21 — Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço consolidado:

O Fundo de Pensões Unicer constituído por escritura de 14 de Dezembro de 1987 e gerido pelo BPI Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., destina-se a garantir um complemento de reforma, por velhice ou invalidez, pago mensalmente (com 13 mensalidades por ano) cujo valor tem por base o vencimento normal mensal à data da reforma. Esse complemento é calculado da seguinte forma:

No caso dos participantes dos quadros de pessoal da sede ou do Centro Fabril — Leça do Balio admitidos pela ex-CUFP em data anterior a 31 de Dezembro de 1969 resulta do produto do número de anos de serviço, com um máximo de 40, por 2,69%;

Para todos os participantes não incluídos no ponto anterior, resulta do produto do número de anos de serviço, com um máximo de 35, por 2,46%.

O Fundo de Pensões Unicer paga a diferença entre este complemento e a pensão de reforma da segurança social, calculada nos termos legais em vigor à data de constituição do Fundo, garantindo uma pensão mínima de 10 800\$.

Em caso de morte de um participante ou de um reformado e que não decorra de acidente de trabalho, será atribuída ao cônjuge sobrevivente e aos filhos ou adoptados plenamente, uma pensão de sobrevivência complementar à da segurança social, calculada com base no que o fundo pagaria se o participante se tivesse reformado na data do falecimento, ou no montante da pensão que estava a ser abonada ao reformado, respectivamente. A pensão a atribuir ao beneficiário é a seguinte:

60% para o cônjuge sobrevivente;
20%, 30% ou 40% conforme se trate respectivamente de 1, 2 ou mais filhos ou adoptados plenamente; no caso de não haver cônjuge sobrevivente, aplicar-se-á o dobro de percentagens.

De acordo com o relatório actuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo, o valor actual das responsabilidades por serviços passados para os colaboradores no activo, reformados e pré-reformados em 31 de Dezembro de 1998 era o seguinte:

Activos	1 457 500
Reformados	1 206 200
Pré-reformados	407 100
	<u>3 070 800</u>

Aquelas responsabilidades foram determinadas com base no método do crédito da unidade projectada, tendo-se utilizado a tabela de mortalidade TV 73/77.

Para além dos parâmetros técnicos acima referidos foi assumido como pressuposto financeiro uma rentabilidade real de longo prazo de 2% face ao crescimento dos salários e de 2,5% face ao crescimento das pensões.

O movimento durante o ano de 1998 e a situação patrimonial do Fundo de Pensões em 31 de Dezembro de 1998 era a seguinte:

Saldo no início do período	2 539 936
Contribuição	—
Rendimento do fundo	394 649
Complementos de reforma	(102 595)
Comissões de gestão	(23 838)
Saldo no fim do exercício	2 808 152

A Unicer tem também constituído um fundo complementar cujo valor no final deste exercício ascendia a 1 124 366 contos.

Do que antecede se conclui que, à data de 31 de Dezembro de 1998, o saldo do Fundo de Pensões Unicer e do Fundo Complementar, no montante global de 3 932 518 contos, excedem o valor das responsabilidades garantidas.

A Unicer celebrou, em 1995, um contrato com a Expo'98, tornando-se seu patrocinador oficial através das marcas *Super Bock* e *Vitalis*. O pagamento deste patrocínio, no montante de 1 250 000 contos, teve início em 1995, e tem vindo a ser imputado numa base anual, conjuntamente com um contrato de exclusividade de venda no recinto da Expo, imputação que foi completada no exercício de 1998. Dado que as questões decorrentes dos incumprimentos contratuais da Parque Expo, S. A., para com a Unicer ainda não estão solucionadas, este valor não foi ainda regularizado, havendo, inclusive, por registar na conta corrente do fornecedor, 59 100 contos.

Das situações descritas resulta que os compromissos financeiros assumidos pela Unicer e não expressos no balanço eram, à data de 31 de Dezembro de:

	1998	1997
Responsabilidades p/ atribuição de benefícios de reforma	3 070 800	2 404 300
Contrato de patrocínio	—	165 000
Contrato de exclusividade	59 100	59 100

22 — Responsabilidades por garantias prestadas:

As responsabilidades das empresas do grupo por garantias prestadas eram as seguintes:

	1998	1997
Unicer:		
Garantias bancárias	1 006 772	711 611
Seguros caução	8 500	26 500

Estas garantias foram essencialmente constituídas a favor da administração fiscal (650 532 contos), tribunais de trabalho (14 434 contos), IAPMEI (261 238 contos), empresas fornecedoras (42 051 contos), governos civis (37 751 contos) e câmaras municipais (9266 contos).

A Maltibérica tem uma hipoteca e penhor prestado ao BFE para garantir um empréstimo contraído em 1993. O saldo em dívida em 31 de Dezembro de 1998 era de 250 000 contos.

23 — Critérios de valorimetria utilizados:

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota n.º 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, fundamentalmente da prudência, consistência e especialização dos exercícios.

A consolidação das empresas referidas na nota n.º 1 efectuou-se pelo método de consolidação integral.

Os saldos, as transacções, as margens e quaisquer outros ganhos e perdas gerados entre as empresas do grupo incluídas na consolidação, foram eliminados neste processo e o valor correspondente à participação de terceiros nas empresas consolidadas, é apresentado na rubrica de interesses minoritários.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) *Imobilizações incorpóreas*. — As imobilizações incorpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição e amortizadas pelo método das quotas constantes nos seguintes prazos:

	Anos
Despesas de instalação	3
Despesas de investigação e desenvolvimento	3
Propriedade industrial e outros direitos	20

b) *Imobilizações corpóreas*. — As imobilizações adquiridas até 31 de Dezembro de 1991 encontram-se registadas ao custo de aquisição e reavaliadas de acordo com as disposições legais, descritas na nota n.º 41.

As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data, à excepção dos terrenos e edifícios e outras construções que foram reavaliadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, encontram-se, registadas ao custo de aquisição, excepção feita à Maltibérica que reavaliou a totalidade do seu imobilizado.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico	8-20
Equipamento de transporte	4-6
Ferramentas e utensílios	3-4
Equipamento administrativo	4-10
Taras e vasilhame	3-7
Outras imobilizações corpóreas	10-20

c) *Locação financeira*. — Os bens de imobilizado adquiridos através de contratos de locação financeira, são registados no imobilizado da empresa, por contrapartida de contas a pagar a fornecedores, e amortizados de acordo com a vida útil estimada dos bens.

d) *Investimentos financeiros*. — As participações relativamente às quais a Unicer não assegura uma influência significativa sobre a sua actividade são registadas ao custo de aquisição, encontrando-se provisionadas aquelas que sofreram reduções ao seu valor.

e) *Existências*. — As existências são registadas ao valor mais baixo entre o seu custo de aquisição e o seu valor de realização.

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, acrescido de todas as despesas até à sua entrada em armazém.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção que inclui o custo da matéria-prima, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, ajustado à sua fase de produção.

Os produtos acabados e intermédios e os subprodutos encontram-se valorizados ao custo de produção que inclui o custo da matéria-prima, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

f) *Clientes de médio e longo prazo*. — A Unicer regista um passivo na conta de credores de caução por taras e vasilhame em trânsito, pelo valor do vasilhame caucionado, por contrapartida de contas a receber de clientes.

Durante o exercício a Unicer passou a imputar 60%, do valor das cações prestadas por taras e vasilhame, à conta de clientes de médio e longo prazo. Até ao actual exercício o critério era de imputar 90% deste valor.

g) *Acréscimos e diferimentos*. — O registo dos custos e dos proveitos relativos à rubrica de acréscimos e diferimentos teve por base a sua imputação aos exercícios a que respeitam, nos termos definidos no Plano Oficial de Contabilidade.

h) *Subsídios ao investimento*. — Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de imobilizações corpóreas são registados no passivo como proveitos diferidos na rubrica de acréscimos e diferimentos, sendo transferidos numa base sistemática para a conta de proveitos e ganhos extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

i) *Fundo de pensões*. — A Unicer criou em 1987 um fundo de benefícios definidos para cobrir as prestações pecuniárias a título de complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência.

Em 1991 foi decidido estabelecer uma base mínima de aumento anual das pensões bem como assegurar outros benefícios de carácter económico ligados à reforma dos trabalhadores, para o que, após respectivo cálculo actuarial elaborado pela sociedade gestora do Fundo, foi constituído um fundo complementar.

As contribuições são levadas a custos no exercício em que ocorrem.

O valor global destes fundos, v. nota n.º 31, é adequado às responsabilidades apuradas nesta data, com base em estudo actuarial elaborado por entidade independente.

j) *Saldos e transacções em moeda estrangeira.* — As diferenças de câmbio favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções e aquelas em vigor nas datas das cobranças, dos pagamentos ou na data do balanço, são registadas, respectivamente, como proveitos ou custos do exercício.

l) *Impostos diferidos.* — A Unicer não tem como procedimento registar impostos diferidos por entender que o POC prevê expressamente a adopção do método do imposto a pagar, como sendo o princípio geralmente aceite em Portugal sobre esta matéria.

24 — Saldos e transacções expressas em moeda estrangeira:

Os activos e passivos expressos em moeda dos Estados membros, participantes na União Monetária, à data de 31 de Dezembro de 1998, foram convertidos em escudos segundo as taxas irrevogáveis de conversão do euro e respeitando as regras de conversão e arredondamento estabelecidas pelo Regulamento CEE n.º 1103/97.

As taxas de conversão do euro foram:

ATS	13,7603
BEF	40,3399
DEM	1,95583
ESP	166,386
FIM	5,94573

FRF	6,55957
IEP	0,787564
ITL	1,936 27
NLG	2,20371
PTE	200,482

Os restantes activos e passivos expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de Dezembro de 1998, foram convertidos em escudos, às seguintes taxas de câmbio:

USD	171,829
JPY	1,5097
GBP	284,188
CHF	124,694
DKK	26,915
SEK	21,13
CAD	111,001

25 — Imobilizações incorpóreas:

As despesas de instalação compreendem essencialmente custos com o sistema de garantia de qualidade, *software* vocacionado para a integração dos sistemas de produção e acções orientadas para a melhoria da rede de distribuidores.

As despesas de investigação e desenvolvimento incluem essencialmente custos com estudos de novos produtos.

27 — Movimento do activo imobilizado:

Durante o ano de 1998, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões foi o seguinte:

27.1 — Activo bruto:

	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Abates	Correcções e transferências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	796 538	—	120 688	—	—	(5 514)	911 712
Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	9 887	—	—	—	9 887
Propriedade industrial e outros direitos	4 384	—	—	—	—	—	4 384
Imobilizações em curso	—	—	130 703	—	—	(130 703)	—
	<u>800 922</u>	<u>—</u>	<u>261 278</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(136 217)</u>	<u>925 983</u>
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	2 713 247	627 713	8 750	17 759	—	—	3 331 951
Edifícios e outras construções	19 262 073	4 134 413	166 649	—	—	—	23 563 135
Equipamento básico	59 106 238	493 719	1 863 044	55 945	—	766	61 407 822
Equipamento de transporte	1 552 053	—	716 916	77 519	—	—	2 191 450
Ferramentas e utensílios	1 302 424	6	48 182	776	—	375	1 350 211
Equipamento administrativo	2 647 802	1 399	102 205	9 543	—	(375)	2 741 488
Taras e vasilhame	20 901 584	—	1 981 361	24 263	1 108 161	—	21 750 521
Outras imobilizações corpóreas	646 775	7 751	24 699	—	—	—	679 225
Imobilizações em curso	853 632	—	4 827 016	15 007	—	(4 863 477)	802 164
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	31 945	—	31 081	—	—	—	63 026
	<u>109 017 773</u>	<u>5 265 001</u>	<u>9 769 903</u>	<u>200 812</u>	<u>1 108 161</u>	<u>(4 862 711)</u>	<u>117 880 993</u>
Investimentos financeiros:							
Títulos e outras aplicações financeiras	344 413	—	10 783	1 832	—	(1 200)	352 164

27.2 — Amortizações e provisões:

	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Abates	Correcções e transferências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	405 703	—	301 758	—	—	(5 535)	701 926

	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Abates	Correcções e transferências	Saldo final
Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	3 296	—	—	—	3 296
Propriedade industrial e outros direitos	2 515	—	254	—	—	—	2 769
	<u>408 218</u>	<u>—</u>	<u>305 308</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(5 535)</u>	<u>707 991</u>
Imobilizações corpóreas:							
Edifícios e outras construções	11 618 283	1 940 197	858 055	—	—	55 271	14 471 806
Equipamento básico	40 877 967	166 543	3 580 347	50 373	—	(92 019)	44 482 465
Equipamento de transporte	1 075 755	—	320 960	59 471	—	—	1 337 244
Ferramentas e utensílios	1 150 065	3	57 897	776	—	56	1 207 245
Equipamento administrativo	2 147 293	707	228 560	8 847	—	(56)	2 367 657
Taras e vasilhame	16 069 312	—	2 312 110	23 683	1084 793	(6)	17 272 940
Outras imobilizações corpóreas	331 914	2 997	56 864	—	—	—	391 775
	<u>73 270 589</u>	<u>2 110 447</u>	<u>7 414 793</u>	<u>143 150</u>	<u>1 084 793</u>	<u>(36 754)</u>	<u>81 531 132</u>
Investimentos financeiros:							
Títulos e outras aplicações financeiras	30 613	—	10 783	—	—	—	41 396

34 — Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais:

O montante das dívidas cobertas por garantias reais era a 31 de Dezembro o seguinte:

	1998	1997
Maltibérica:		
Dívidas a instituições de crédito	250 000	450 000

36 — Vendas e prestações de serviços por mercados geográficos:

As vendas e prestações de serviços, a 31 de Dezembro de 1998 e 1997, foram como segue:

	1998			1997		
	Mercados		Total	Mercados		Total
	Interno	Externo		Interno	Externo	
Cerveja	38 296 997	2 735 856	41 032 853	35 177 429	2 361 432	37 538 861
Refrigerantes	6 410 055	76 573	6 486 628	6 711 579	68 336	6 779 915
Águas	2 361 515	23 669	2 385 184	1 615 839	13 810	1 629 649
Maltês	172 061	53 407	225 468	75 122	105 842	180 964
Energia	109 255	—	109 255	134 354	—	134 354
Outros	2 221 147	1 503	2 222 650	1 178 061	1 665	1 179 726
	<u>49 571 030</u>	<u>2 891 008</u>	<u>52 462 038</u>	<u>44 892 384</u>	<u>2 551 085</u>	<u>47 443 469</u>

39 — Remuneração dos membros dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais das empresas do grupo, durante o ano de 1998 e 1997, foram como segue:

	1998			1997	
	Unicer	Maltibérica	Rical	Unicer	Maltibérica
Mesa da assembleia geral	640	205	—	595	197
Conselho de administração	197 758	4 595	1 200	200 646	4 690
Fiscal único	4 716	881	—	6 439	668
<i>Totais</i>	<u>203 114</u>	<u>5 681</u>	<u>1 200</u>	<u>207 680</u>	<u>2 555</u>

Não existem compromissos com pensões de reforma referentes a antigos membros daqueles órgãos sociais.

41 — Reavaliação de imobilizações corpóreas:

A Unicer reavaliou as suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação a seguir mencionada:

Decreto-Lei n.º 126/77, de 2 de Abril.
Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho.

Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro.
Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio.
Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril.
Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro.
Decreto-Lei n.º 22/92, de 14 de Fevereiro.
Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.
Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro (a).

(a) Ao abrigo deste decreto-lei apenas foram reavaliados terrenos e edifícios e outras construções, de que resultou um impacto em reservas de reavaliação de 2 477 067 contos.

Castelo de Vide reavaliou o seu imobilizado corpóreo ao abrigo da seguinte legislação:

Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro.
Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho.
Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro.
Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio.
Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril.
Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro.
Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.
Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro (a).

(a) Ao abrigo deste decreto-lei apenas foram reavaliados terrenos e edifícios e outras construções, de que resultou um impacto em reservas de reavaliação de 53 303 contos.

A Rical reavaliou o seu imobilizado corpóreo ao abrigo da seguinte legislação:

Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.

Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro (a).

(a) Ao abrigo deste decreto-lei apenas foram reavaliados terrenos e edifícios e outras construções, de que resultou um impacto em reservas de reavaliação de 71 190 contos.

A Univin efectuou reavaliações em edifícios e outras construções, de que resultou um impacto em reservas de reavaliação de 315 contos.

A Maltibérica efectuou reavaliações ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de que resultou um impacto em reservas de reavaliação de 552 678 contos.

As restantes empresas do grupo não efectuaram qualquer reavaliação ao seu imobilizado corpóreo.

42 — Reavaliações de imobilizações corpóreas e investimentos financeiros:

Como resultado das reavaliações efectuadas, as reintegrações do exercício findo em 31 de Dezembro foram aumentadas em 1 283 586 contos.

Deste montante 40% não é aceite como custo para efeito de determinação do lucro tributável em IRC.

	Custos históricos	Reavaliações	Valor contabilístico bruto	Amortizações	Valor contabilístico líquido
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	331 392	3 000 559	3 331 951	—	3 331 951
Edifícios e outras construções	6 776 335	16 786 800	23 563 135	14 471 806	9 091 329
Equipamento básico	41 710 515	19 697 307	61 407 822	44 482 465	16 925 357
Equipamento de transporte	2 026 623	164 827	2 191 450	1 337 244	854 206
Ferramentas e utensílios	677 896	672 315	1 350 211	1 207 245	142 966
Equipamento administrativo	2 096 695	644 793	2 741 488	2 367 657	373 831
Taras e vasilhame	19 431 654	2 318 867	21 750 521	17 272 940	4 477 581
Outras imobilizações corpóreas	546 919	132 306	679 225	391 775	287 450
	<u>73 598 029</u>	<u>43 417 774</u>	<u>117 015 803</u>	<u>81 531 132</u>	<u>35 484 671</u>
Investimentos financeiros:					
Investimentos em imóveis	352 164	—	352 164	—	352 164

44 — Demonstrações consolidadas dos resultados financeiros:

Os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

	CUSTOS E PERDAS	
	1998	1997
Juros suportados	257 167	496 532
Provisões para aplicações financeiras	10 783	—
Diferenças de câmbio desfavoráveis	29 012	74 116
Descontos de pronto pagamento concedidos	8 464	8 703
Perdas em alienação de aplicações financeiras	36 821	—
Outros custos e perdas financeiras	4 385	39 579
Resultados financeiros	(142 832)	(386 430)
	<u>203 800</u>	<u>232 550</u>
	PROVEITOS E GANHOS	
	1998	1997
Juros obtidos	27 028	32 727
Rendimentos de participações de capital	57	51
Diferenças de câmbio favoráveis	26 008	58 422
Descontos pronto pagamento obtidos	149 640	141 348
Outros proveitos e ganhos financeiros	1067	2
	<u>203 800</u>	<u>232 550</u>

45 — Demonstrações consolidadas dos resultados extraordinários:

Os resultados extraordinários consolidados têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS

	1998	1997
Donativos	645 381	27 618
Dívidas incobráveis	10 169	21 766
Perdas em existências	188 063	338 027
Perdas em imobilizações	5 860	104 738
Multas e penalidades	3 812	1 768
Aumento de provisões	503 477	—
Correcções relativas a exercícios anteriores	103 815	433 184
Outros custos e perdas extraordinários	4 378	3 886
Resultados extraordinários	(895 720)	(238 332)
	569 235	692 655

PROVEITOS E GANHOS

	1998	1997
Recuperação de dívidas	—	111
Ganhos em existências	36 952	44 575
Ganhos em imobilizações	163 714	46 145
Benefícios de penalidades contratuais	56 094	22 229
Redução de amortizações e provisões	117 790	223 814
Correcções relativas a exercícios anteriores	57 515	231 375
Outros proveitos e ganhos extraordinários	137 170	124 406
	569 235	692 655

A rubrica de donativos respeita, principalmente, ao valor do Pavilhão da Água Unicer doado à Câmara Municipal do Porto (642 015 contos).

As rubricas de perdas e ganhos em existências, dizem respeito às correcções de inventário por quebras, deteriorações e acréscimos, respectivamente, efectuados em cada exercício.

A rubrica de aumento de provisões, inclui essencialmente valores referentes a contingências de natureza fiscal.

A rubrica de redução de amortizações e provisões, respeita na sua quase totalidade à redução de provisões para cobrança duvidosa e depreciação de existências, conforme nota n.º 46.

A rubrica de outros proveitos e ganhos extraordinários, respeita essencialmente ao reconhecimento dos proveitos, na proporção das amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

46 — Movimento ocorrido nas provisões:

Durante o ano de 1998, ocorreram os seguintes movimentos nas contas de provisões:

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	1 720 481	343 173	114 174	1 949 480
Provisões para riscos e encargos	193 319	518 190	—	711 509
Provisão para depreciação de existências	18 699	—	18 699	—
Provisões para investimentos financeiros	30 613	10 784	—	41 396
	1 963 112	872 147	132 873	2 702 385

47 — Bens utilizados em regime de locação financeira:

Os bens constantes do imobilizado das empresas do grupo e que foram adquiridos em regime de locação financeira têm a seguinte expressão:

	Unicer		Rical		Rotadouro		Servitagus		Castelo Vide	
	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1997	1998
Activo bruto/imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento transporte	245 061	18 484	55 494	4 000	59 220	42 460	141 286	80 734	—	15 200
Amortizações/imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento transporte	(44 997)	(6 405)	(11 579)	(2 000)	(14 906)	(5 920)	(31 178)	(10 692)	—	(2 533)
Valor contabilístico	200 064	12 079	43 915	2 000	44 314	36 540	110 108	70 042	—	12 667

50 — Capital social:

O capital social da Unicer está totalmente realizado e é composto como segue:

	1998	1997
Categoria:		
Acções escriturais:		
Quantidade	19 500 000	19 500 000
Valor nominal	1 000\$00	1 000\$00

51 — Participação igual ou superior a 20%, no capital da empresa:

Em 31 de Dezembro de 1998 e 1997, nenhum accionista detinha participação igual ou superior a 20%.

52 — Variações das rubricas do capital próprio:

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 1998, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de capital próprio:

	Saldo inicial	Aplicação de resultados de 1997	Outras variações	Saldo final
Acções próprias:				
Valor nominal	(435 300)	—	(1 514 700)	(1 950 000)
Prémios e descontos	(600 873)	—	(4 402 070)	(5 002 943)
Diferenças de consolidação	(235 187)	—	—	(235 187)
Reserva de reavaliação	8 335 923	—	2 883 586	11 219 509
Reserva legal	1 924 346	172 000	19 854	2 116 200
Outras reservas	5 979 775	591 663	(1 290 801)	5 280 637
Resultados transitados	(501 506)	—	751 295	249 789
Resultado líquido	2 392 817	(2 392 817)	4 104 100	4 104 100

Conforme é referido no relatório de gestão, durante o exercício, foram adquiridas 7 541 900 acções e alienadas 27 200 acções. Destas operações resultou um acréscimo de 1 514 700 acções próprias por um montante de 5 916 770 contos.

53 — Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas:

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é a seguinte:

	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais	648 405	2 387 070	3 035 475
Compras	1 897 278	14115 590	16 012 868
Regularização de existências	(80 837)	(70 274)	(151 111)
Existências finais	722 147	2110 200	2 832 347
Custos no exercício	1 742 699	14 322 186	16 064 885

54 — Anexo à demonstração de resultados por funções:

	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Prestação de serviços
Existências iniciais	664 291	4 433	—
Entradas provenientes da produção	23 837 404	48 171	—
Regularização de existências	240 221	—	—
Saídas para a produção e imobilizado	—	—	—
Existências finais	659 909	4 590	—
Custo das vendas e prestações de serviços	24 082 007	48 014	—

55 — Acréscimos de custos e proveitos diferidos:

Proveitos diferidos:

Em 31 de Dezembro de 1998, os principais saldos incluídos nas rubricas de acréscimos de custos e proveitos diferidos, eram os seguintes:

Subsídios ao investimento	338 383
Outros proveitos	18 332

Acréscimos de custos:

Créditos a regularizar com clientes	1 622 275
Prémios, férias e subsídio de férias de 1997-1998	1 074 290
Royalties	103 157
Custos diversos	340 053
	<u>3 139 775</u>

56 — Impostos sobre os lucros:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades competentes durante um período de cinco anos (10 anos para segurança social). Deste modo, e embora não sejam esperadas correcções significativas,

356 715

as declarações fiscais dos anos de 1994 a 1998 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

Em anos precedentes foram reconhecidas nas contas individuais da Unicer mais valias respeitantes a alienações a filiais de diversos equipamentos registados na conta de imobilizações corpóreas cujo valor, no quadro da aplicação do método da equivalência patrimonial, se considera um ajustamento de reavaliação. O montante remanescente ainda não realizado em 31 de Dezembro de 1998 ascende a 7 645 906 contos e constitui a diferença entre os capitais próprios das presentes contas e os capitais próprios das demonstrações financeiras individuais.

57 — Dívidas activas respeitantes ao pessoal da empresa:

Estas dívidas respeitam a empréstimos efectuados ao pessoal para apoio a situações específicas de índole particular:

	1998	1997
Dívidas activas do pessoal	117 207	93 660

Informação sobre a posição accionista dos membros dos órgãos sociais:

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os movimentos de acções, efectuados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização, no exercício de 1998, foram os seguintes:

Conselho de administração:

José Manuel Capelo Soares da Fonseca e esposa:

Em 1 de Janeiro de 1998 eram titulares de 6400 acções no capital social da Unicer; em Fevereiro venderam 500 acções a 2995\$; em Agosto venderam 1900 acções a 3900\$; assim, em 31 de Dezembro de 1998 eram titulares de 4000 acções no capital social da Unicer.

A firma Soares & Candeias, L.da, de que é sócio-gerente, em 1 de Janeiro de 1998 não detinha acções no capital social da Unicer; em Agosto comprou 1900 acções a 3930\$; em Dezembro vendeu 900 acções a 4070\$; assim, em 31 de Dezembro de 1998 era titular de 1000 acções no capital social da Unicer.

José Aníbal Lousada Soares e esposa:

Em 1 de Janeiro de 1998 eram titulares de 29 912 acções no capital social da Unicer; em Janeiro compraram 6000 acções a 2744\$93; em Março venderam 5800 acções a 3406\$43 e 200 acções a 3442\$00; assim, em 31 de Dezembro de 1998 eram titulares de 29 912 acções no capital social da Unicer.

Armando Costa Leite de Pinho:

Em 1 de Janeiro de 1998, eram titulares de 600 acções no capital social da Unicer. Ao longo do ano de 1998 não efectuaram quaisquer movimentos de compra ou venda de acções da Unicer, pelo que em 31 de Dezembro de 1998 eram titulares das mesmas 600 acções no capital social da Unicer.

A ARSOPI — Indústrias Metalúrgicas Arlindo S. Pinho S. A., de que é administrador, em 31 de Dezembro de 1998 era titular de 53 606 acções.

A SARC — Sociedade Gestora de Participações Sociais, L.da, de que é gerente, em 31 de Dezembro de 1998, era titular de 3 899 956 acções.

A COSAR — Sociedade Gestora de Participações Sociais, L.da, de que é gerente, em 31 de Dezembro de 1998, era titular de 3 899 996 acções.

A Cervunião — Gestão e Investimentos, SGPS, L.da, de que é gerente, em 31 de Dezembro de 1998 era titular de 3 812 022 acções.

A SARC — Cosar e Cervunião não efectuaram quaisquer movimentos durante o exercício de 1998.

Edgar Alves Ferreira e esposa:

Em 1 de Janeiro de 1998, eram titulares de 894 acções no capital social da Unicer. Ao longo do ano de 1998 não efectuaram quaisquer movimentos de compra ou venda de acções da Unicer, pelo que em 31 de Dezembro de 1998 eram titulares das mesmas 894 acções no capital social da Unicer.

É também gerente da SARC — Cosar e Cervunião, que em 31 de Dezembro de 1998 detinham as participações já referidas anteriormente.

Lista de accionistas que à data de 31 de Dezembro de 1998 são titulares de pelo menos um décimo, um terço ou metade do capital

Nome	Acções nominativas	Porcentagem
COSAR — Sociedade Gestora de Participações Sociais, L.da	3 899 996	19,99
SARC — Sociedade Gestora de Participações Sociais, L.da	3 899 956	19,99
Cervunião — Gestão Inv., SGPS, L.da	3 812 022	19,54

O Conselho de Administração: *José Manuel Capelo Soares da Fonseca*, presidente — *Edgar Alves Ferreira*, vice-presidente — *Armando Costa Leite de Pinho*, vice-presidente — *Luís Fernando Mira Amaral*, vice-presidente — *Michael Christian Stig Iuul*, vice-presidente — *José Aníbal Lousada Soares*, vogal — *Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira*, vogal — *João Barbosa Machado*, vogal — *Gert Brandt Petersen*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Certificação legal das contas e relatório de auditoria (contas consolidadas)

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada da Unicer — União Cervejeira, S. A., contida no relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1998 (que evidencia um total de 55 745 677 contos e um total de capital próprio de 35 282 105 contos, incluindo um resultado líquido de 4 104 100 contos), nas demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, nas demonstrações consolidadas dos resultados por funções e na demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e nos correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração da empresa a preparação do relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa e satisfaçam os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida naqueles documentos, designadamente no que respeita aos princípios exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre aquela informação, baseada na nossa auditoria.

4 — *Âmbito*. — Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7.1 e 7.2 abaixo, a nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, a referida auditoria incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente auditadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão respectivo, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — A nossa auditoria abrangeu ainda o relatório consolidado de gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira divulgada, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7.1 — *Reservas.* — Não nos foi possível confirmar a razoabilidade do saldo da conta de credores com caução por taras e vasilhame em trânsito, no valor de 4 926 905 contos, mostrado no balanço como uma dívida a médio e longo prazo, embora existam estudos que, não sendo conclusivos, indiquem que os valores registados pela empresa não conduzem à subavaliação das responsabilidades perante terceiros.

7.2 — As existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo incluem materiais de conservação e reparação no valor de 854 064 contos, dos quais cerca de 440 000 contos não tiveram qualquer movimento em 1998. Na ausência de um estudo que permita aferir sobre a aplicabilidade, ou não, daqueles materiais, não nos é possível assegurar que não venham a ocorrer perdas na sua realização.

7.3 — À data do balanço existia uma eventual responsabilidade estimada em cerca de 217 000 contos, relativa a juros de mora sobre liquidações adicionais de IRC efectuadas pela administração fiscal, que não foi provisionada pela empresa por a sua administração entender que virá a ser maioritariamente resolvida através do pedido de adesão ao Plano Mateus a concretizarem em 1999.

8 — *Opinião.* — Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas nos parágrafos 7.1 e 7.2 e excepto quanto ao efeito da situação referida no parágrafo 7.3 acima, a informação financeira constante dos mencionados documentos apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Unicer — União Cervejeira, S. A., em 31 de Dezembro de 1998, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Porto, 3 de Março de 1999. — A. Santos, J. Alves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Francisco Barbosa dos Santos, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso relatório sobre a fiscalização das contas consolidadas da Unicer — União Cervejeira, S. A., em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1998, as quais, em conjunto com o relatório consolidado de gestão, nos foram submetidas para exame pelo conselho de administração.

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela Unicer — União Cervejeira, S. A., como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas publicadas no Anexo I ao mencionado diploma legal.

Relativamente a todas as empresas integradas no perímetro de consolidação apreciamos os respectivos relatórios, pareceres e certificações legais de contas emitidos pelos órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhes são aplicáveis. O relatório que, nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, emitimos sobre a fiscalização das contas consolidadas a que procedemos, fica a fazer parte integrante do presente relatório, e bem assim a certificação legal das contas consolidadas e relatório de auditoria que subscrevemos.

O relatório consolidado de gestão satisfaz os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais e verificámos que existe concordância do seu conteúdo com as contas da consolidação.

Face às informações recebidas do conselho de administração e serviços e tendo em consideração os documentos emitidos pela sociedade de revisores oficiais de contas, somos de parecer que:

- a) Aproveis o relatório consolidado de gestão.
- b) Aproveis as demonstrações financeiras consolidadas.

Porto, 3 de Março de 1999. — O Fiscal Único, A. Santos, J. Alves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Francisco Barbosa dos Santos, revisor oficial de contas.

Parecer dos auditores

Auditámos o balanço consolidado da Unicer — União Cervejeira, S. A., em 31 de Dezembro de 1998, as demonstrações dos resultados consolidadas por naturezas e funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data e os respectivos anexos. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do conselho de administração. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na auditoria que realizámos.

A nossa auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria. Estas normas exigem que o nosso exame seja planeado e realizado de forma a obtermos uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções de materialidade relevante. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, de evidência comprovativa dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Inclui, também, a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas feitas pelo conselho de administração, bem como da apresentação global da informação constante das demonstrações financeiras. É nossa convicção que a auditoria que realizámos proporciona uma base razoável para a nossa opinião.

1 — Não nos foi possível confirmar a razoabilidade do saldo da conta de credores com caução por taras e vasilhame em trânsito, no valor de 4 926 905 contos, mostrado no balanço como uma dívida a médio e longo prazo, embora existam estudos que, não sendo conclusivos, indiquem que os valores registados pela Empresa não conduzem à subavaliação das responsabilidades perante terceiros.

2 — As existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo incluem materiais de conservação e reparação no valor de 854 064 contos, dos quais cerca de 440 000 contos não tiveram qualquer movimento em 1998. Na ausência de um estudo que permita aferir sobre a aplicabilidade, ou não, daqueles materiais, não nos é possível assegurar que não venham a ocorrer perdas na sua realização.

3 — À data do balanço existia uma eventual responsabilidade estimada em cerca de 217 000 contos, relativa a juros de mora sobre liquidações adicionais de IRC efectuadas pela administração fiscal, que não foi provisionada pela empresa por a sua administração entender que virá a ser maioritariamente resolvida através do pedido de adesão ao Plano Mateus a concretizar em 1999.

Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos emergentes das limitações ao âmbito do nosso exame descritas nos pontos 1 e 2 anteriores e excepto quanto ao efeito do assunto indicado no ponto 3 precedente, as demonstrações financeiras consolidadas acima mencionadas apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da Unicer — União Cervejeira, S. A., em 31 de Dezembro de 1998, bem como os resultados das suas operações para o exercício findo nessa data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Porto, 3 de Março de 1999. — O Auditor, Ernst & Young.

Relatório do conselho de administração (contas individuais)

Nos termos da lei e dos estatutos, submetemos a VV. Ex.^{as}, o relatório de gestão, o balanço e a demonstração de resultados e o anexo às demonstrações financeiras do exercício de 1998.

Apreciação geral

Os resultados líquidos atingiram 4104 milhares de contos, mais 19,6% do que em 1997.

As excelentes condições climáticas, a nossa participação na Expo'98 e a boa *performance* macro-económica, contribuíram significativamente para o crescimento das vendas, tendo os volumes de vendas de cerveja, refrigerantes, águas e vinho crescido, 4,5%, 23%, 42,3% e 55,2%, respectivamente, quando comparados com o ano anterior. De salientar que, as taxas de crescimento das vendas foram, em cada um dos segmentos, superiores ao crescimento verificado no mercado, o que se traduziu em ganhos ao nível de quotas de mercado. O total de vendas e prestação de serviços ascendeu a 50 808 milhares de contos, o que representou um acréscimo de 8% relativamente a 1997.

Reflectindo o esforço contínuo de optimização de processos e racionalização de recursos que tem vindo a ser desenvolvido pela empresa,

registaram-se significativos ganhos de eficiência que, acompanhados por uma redução dos custos das principais matérias primas e pelo aumento das vendas atrás referido, contribuíram para um acréscimo da margem bruta de 1.8 pontos percentuais, passando de um valor de 63,1% em 1997 para 64,9% em 1998.

Ao nível dos custos operacionais, registou-se um agravamento de 2,3%, justificado essencialmente por três factores: maiores custos de transporte associados ao maior volume de vendas, esforço em publicidade e propaganda exigido pela nossa participação na Expo'98 e agravamento dos custos com pessoal decorrente da maior racionalização de pessoas e meios.

Os resultados operacionais cifraram-se em 7238 milhares de contos, o que representa um acréscimo de 91,1% face ao ano anterior.

Verificou-se uma redução dos custos financeiros em 203 milhares de contos, decorrente da redução do endividamento e das taxas de juro.

Os resultados extraordinários foram negativos em 882 000 contos, consequência da constituição de provisões para outros riscos e encargos e da doação do Pavilhão da Água à Câmara Municipal do Porto.

O *cash-flow* atingiu 11 295 milhares de contos, o que corresponde a um aumento de 2,8%, relativamente a 1997.

A autonomia financeira atingiu 67%, 1,2 pontos percentuais inferior ao valor apurado em 1997. Esta redução deve-se à compra de acções próprias até ao limite legal permitido (10%). A Unicer, durante o exercício, desembolsou 6012 milhares de contos na compra de 1 541 900 acções e encaixou 112 milhares de contos na venda de 27 200 acções. O saldo resultante foi de 1 514 700 acções, as quais, adicionadas às 435 300 em carteira em 31 de Dezembro de 1997, perfazem 1 950 000. A operação de recompra de acções próprias até ao máximo legalmente permitido foi levada a cabo com o objectivo de otimizar o custo médio ponderado dos capitais, acrescentando valor para os accionistas.

As necessidades de fundo de maneo reduziram-se em cinco milhões de contos, destacando-se a redução do saldo de clientes e outros devedores em cerca de dois milhões de contos.

A rentabilidade dos capitais próprios atingiu 10,9%, o que se traduziu numa melhoria de 1,9 pontos percentuais face aos valores de 1997. Este acréscimo é essencialmente justificado pelo aumento da rentabi-

lidade operacional das vendas que passou de 8,1% em 1997 para 14,3% em 1998.

A rentabilidade do activo ascendeu a 7,4%, mais 1,4 pontos percentuais do que o ano anterior, como resultado conjugado do aumento significativo dos resultados e ligeira redução dos activos.

Nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, confirmamos que não existem dívidas em atraso à segurança social.

A problemática de entrada no euro foi oportunamente tratada, tendo sido feitas as adaptações necessárias para que a empresa estivesse em condições de responder às implicações inerentes ao euro.

A problemática do ano 2000 foi abordada em Março de 1998, tendo para o efeito sido constituída uma equipa de trabalho com a responsabilidade de cobrir todas as empresas do Grupo e na oportunidade estabelecido um calendário de acção que vai permitir garantir a total compatibilidade, situação que estará devidamente testada até Julho de 1999.

O custo das acções necessárias não tem impacto material nos resultados da empresa.

Na expectativa de que não venham a ocorrer contingências externas que possam vir a afectar de modo significativo a envolvente económico social perspectivada para o nosso país, tem a Unicer fundadas razões para esperar um exercício de 1999 na linha de tendência que tem vindo a apresentar.

Uma palavra de muito reconhecimento aos nossos clientes e distribuidores pelo seu valioso contributo e pela confiança que em nós continuaram a depositar.

A todos os nossos colaboradores, mas muito especialmente àqueles que pela competência dedicação e espírito de equipa mais se distinguiram no desempenho das suas funções, e assim melhor contributo trouxeram ao engrandecimento da empresa, o nosso especial agradecimento.

Leça do Balio, 2 de Março de 1999. — O Conselho de Administração: *José Manuel Capelo Soares da Fonseca*, presidente — *Edgar Alves Ferreira*, vice-presidente — *Armando Costa Leite de Pinho*, vice-presidente — *Luís Fernando Mira Amaral*, vice-presidente — *Michael Christian Stig Iuul*, vice-presidente — *José Anibal Lousada Soares*, vogal — *Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira*, vogal — *João Barbosa Machado*, vogal — *Gert Brandt Petersen*, vogal.

Balanços em 31 de Dezembro de 1998 e 1997

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

Notas	1998			1997
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	897 358	690 045	207 313	385 616
Despesas de investigação e de desenvolvimento	9 887	3 296	6 591	—
Propriedade industrial e outros direitos	3 726	2 114	1 612	1 798
10 e 12	910 971	695 455	215 516	387 414
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	3 119 853	—	3 119 853	2 556 137
Edifícios e outras construções	20 493 847	13 239 714	7 254 133	5 987 136
Equipamento básico	53 563 057	41 912 458	11 650 599	13 123 236
Equipamento de transporte	1 822 916	1 233 531	589 385	317 518
Ferramentas e utensílios	1 330 993	1 192 103	138 890	148 488
Equipamento administrativo	2 648 633	2 302 026	346 607	476 446
Taras e vasilhame	21 067 110	17 020 670	4 046 440	4 450 888
Outras imobilizações corpóreas	598 444	346 843	251 601	278 191
Imobilizações em curso	704 226	—	704 226	625 446
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	63 026	—	63 026	31 945
10, 12 e 15	105 412 105	77 247 345	28 164 760	27 995 431
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	3 551 105	—	3 551 105	2 725 757
Títulos e outras aplicações financeiras	340 764	41 396	299 368	301 798
10, 12, 13, 16 e 34	3 301 869	41 396	3 850 473	3 027 555

(Em milhares de escudos)

Notas	1998		1997	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 641 288	—	1 641 288	1 846 682
Produtos e trabalhos em curso	570 091	—	570 091	496 145
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	3 061	—	3 061	2 674
Produtos acabados e intermédios	426 818	—	426 818	410 929
Mercadorias	660 144	—	660 144	680 810
41 e 42	3 301 402	—	3 301 402	3 437 240
Dívidas de terceiros — médio e longo prazos:				
Clientes, c/c	2 956 143	—	2 956 143	4 261 104
Clientes de cobrança duvidosa	1 781 832	1 781 832	—	—
Empresas do grupo	293 250	—	293 250	381 500
Empresas participadas e participantes	6 422	—	6 422	6 422
Outros devedores	5 571 404	—	5 571 404	7 045 276
23 e 24	10 609 051	1 781 832	8 827 219	11 694 302
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	6 132 665	152 062	5 980 603	5 591 973
Clientes — títulos a receber	6 758	—	6 758	22 759
Empresas do grupo	751 524	—	751 524	343 916
Adiantamentos a fornecedores	27 127	—	27 127	281 322
Estado e outros entes públicos	68 921	—	68 921	25 834
Outros devedores	2 653 295	—	2 653 295	2 250 155
23, 25 e 34	9 640 290	152 062	9 488 228	8 515 959
Títulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis	1 229	—	1 229	1 229
Outras aplicações de tesouraria	99 747	—	99 747	55 667
	100 976	—	100 976	56 896
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	454 411		454 411	59 694
Caixa	4 000		4 000	3 500
	458 411		458 411	63 194
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	78 745		78 745	104 520
Custos diferidos	643 302		643 302	950 923
	722 047		722 047	1 055 443
Total de amortizações		77 942 800		
Total de provisões		1 975 290		
Total do activo	135 047 122	79 918 090	55 129 032	56 233 434

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	Notas	1998	1997
Capital próprio:			
Capital		19 500 000	19 500 000
Acções próprias — valor nominal		(1 950 000)	(435 300)
Acções próprias — descontos e prémios		(5 002 943)	(600 873)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas		2 072 150	1 268 519
Reservas de reavaliação		10 653 581	8 176 514
Reservas:			
Reservas legais		2 007 853	1 835 853
Outras reservas		5 485 819	5 975 920
Resultados transitados		57 452	(798 558)
Resultado líquido do exercício		4 104 100	3 432 650
<i>Total do capital próprio</i>	36 e 40	36 928 012	38 354 725

(Em milhares de escudos)

	Notas	1998	1997
Passivo:			
Provisões para riscos e encargos:			
Provisões para impostos		626 740	193 319
Outras provisões para riscos e encargos		224 399	—
	34	851 139	193 319
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:			
Dívidas a instituições de crédito		—	—
Credores c/ caução por taras e vasilhame em trânsito		4 926 905	4 702 356
		4 926 905	4 702 356
Dívidas a terceiros — curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito		1 115	2 569 408
Fornecedores, c/c		2 570 899	2 168 865
Fornecedores — facturas em recepção e conferência		92 954	175 293
Outros accionistas		30 446	30 853
Fornecedores de imobilizado, c/c		1 039 185	1 033 382
Empresas do grupo		530 429	535 029
Estado e outros entes públicos		4 848 196	3 309 332
Outros credores		224 437	474 203
		9 337 661	10 296 365
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos		3 000 071	2 643 545
Proveitos diferidos		85 244	43 124
	48	3 085 315	2 686 669
<i>Total do passivo</i>		18 201 020	17 878 709
<i>Total do capital próprio e passivo</i>		55 129 032	56 233 434

O Conselho de Administração: *José Manuel Capelo Soares da Fonseca*, presidente — *Edgar Alves Ferreira*, vice-presidente — *Armando Costa Leite de Pinho*, vice-presidente — *Luís Fernando Mira Amaral*, vice-presidente — *Michael Christian Stig Iuul*, vice-presidente — *José Aníbal Lousada Soares*, vogal — *Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira*, vogal — *João Barbosa Machado*, vogal — *Gert Brandt Petersen*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos resultados para os períodos findos em 31 de Dezembro de 1998 e 1997

CUSTOS E PERDAS

	Notas	1998	1997
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias		7 565 921	7 335 378
Matérias-primas	41	10 289 872	9 904 498
Fornecimentos e serviços externos		12 549 784	11 717 356
Custos com o pessoal:			
Remunerações		4 932 179	4 783 623
Encargos sociais:			
Pensões		26	24
Outros		1 954 102	1 857 288
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo		6 865 041	6 625 407
Provisões		325 813	924 715
Impostos		60 979	30 852
Outros custos e perdas operacionais		207 929	351 071
(A)		44 751 646	43 530 212
Perdas em empresas do Grupo e associadas		34 039	21 263
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros		10 783	—

(Em milhares de escudos)

	Notas	1998	1997
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo		4 185	—
Outros	45	248 243	263 211
(C)		45 048 896	44 017 978
Custos e perdas extraordinários	46	1 359 667	887 786
(E)		46 408 563	44 905 764
Imposto sobre o rendimento do exercício		2 754 328	1 323 472
(G)		49 162 891	46 229 236
Resultado líquido do exercício		4 104 100	3 432 650
		53 266 991	49 661 886

PROVEITOS E GANHOS

	Notas	1998	1997
Vendas:			
Mercadorias		13 195 482	12 187 420
Produtos		37 397 458	34 841 945
Prestação de serviços	44	215 000	50 807 940
Variação da produção	42	90 223	109 866
Proveitos suplementares		853 120	454 405
Subsídios à exploração		234 765	108 476
Outros proveitos e ganhos operacionais		3 600	—
(B)		51 989 648	562 881
Ganhos em empresas do grupo e associadas		624 599	47 317 947
Rendimentos de participações de capital		57	397 111
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações finan- ceiras:			51
Outros		1 951	27 400
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo		19 344	27 272
Outros	45	153 767	164 735
(D)		52 789 366	616 569
Proveitos e ganhos extraordinários	46	477 625	47 934 516
(F)		53 266 991	1 727 370
			49 661 886

Resumo:

Resultados operacionais: (B)–(A) =	7 238 002	3 787 735
Resultados financeiros: (D)–(B)–(C)–(A) =	502 468	128 803
Resultados correntes: (D)–(C) =	7 740 470	3 916 538
Resultados antes de impostos: (F)–(E) =	6 858 428	4 756 122
Resultado líquido do exercício: (F)–(G) =	4 104 100	3 432 650

O Conselho de Administração: José Manuel Capelo Soares da Fonseca, presidente — Edgar Alves Ferreira, vice-presidente — Armando Costa Leite de Pinho, vice-presidente — Luís Fernando Mira Amaral, vice-presidente — Michael Christian Stig Iuul, vice-presidente — José Anibal Lousada Soares, vogal — Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira, vogal — João Barbosa Machado, vogal — Gert Brandt Petersen, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 1998 e 1997

	1998	1997
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	70 865 496	65 816 593
Pagamentos a fornecedores	(29 843 928)	(23 946 588)
Pagamentos ao pessoal	(6 352 725)	(5 849 456)
Fluxo gerado pelas operações	34 668 843	36 020 549
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(1 316 345)	(596 190)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(17 474 751)	(21 239 794)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	15 877 747	14 184 565

(Em milhares de escudos)

	1998	1997
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	3 772	25 754
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(5 862)	(23 972)
<i>Fluxos das actividades operacionais [1]</i>	<u>15 875 657</u>	<u>14 186 347</u>
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	—	43
Imobilizações corpóreas	1 045 582	3 787
Subsídios de investimento	83 793	—
Dividendos	57	51
	<u>1 129 432</u>	<u>3 881</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	8 953	2 400
Imobilizações corpóreas	5 782 985	7 453 442
	<u>5 791 938</u>	<u>7 455 842</u>
<i>Fluxos das actividades de investimento [2]</i>	<u>(4 662 506)</u>	<u>(7 451 961)</u>
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	17 618 675	18 882 044
Venda de acções próprias	111 650	63 358
Juros e proveitos similares	142 393	138 713
Empréstimos concedidos	2 335 177	1 292 545
	<u>20 207 895</u>	<u>20 376 660</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	20 186 969	23 050 000
Amortizações de contratos de locação financeira	29 8090	7 346
Juros e custos similares	224 721	356 878
Dividendos	2 301 920	2 005 436
Aquisição de acções próprias	5 980 746	—
Empréstimos concedidos	2 252 805	1 792 489
	<u>30 976 970</u>	<u>27 212 149</u>
<i>Fluxos das actividades de financiamento [3]</i>	<u>(10 769 075)</u>	<u>(6 835 489)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1]+[2]+[3]	444 076	(101 103)
Efeito das diferenças de câmbio	(4 778)	7 205
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>120 090</u>	<u>213 988</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>559 388</u>	<u>120 090</u>
Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:		
Numerário	2 792	1 204
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	555 388	116 590
Equivalentes a caixa	1 208	2 296
	<u>559 388</u>	<u>120 090</u>
Disponibilidades constantes do balanço	559 388	120 090

O Conselho de Administração: *José Manuel Capelo Soares da Fonseca*, presidente — *Edgar Alves Ferreira*, vice-presidente — *Armando Costa Leite de Pinho*, vice-presidente — *Luís Fernando Mira Amaral*, vice-presidente — *Michael Christian Stig Iuul*, vice-presidente — *José Aníbal Lousada Soares*, vogal — *Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira*, vogal — *João Barbosa Machado*, vogal — *Gert Brandt Petersen*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 1998

(Montantes expressos em milhares de escudos)

1 — Aquisição/alienação de partes de capital:
Relativamente à aquisição de partes de capital ocorrida em cada um dos exercícios é de referir o seguinte:

a) 1998:

Aquisição:

Subscrição de aumento de capital CICER, L.^{da} — 10 783.

O pagamento relativo a esta aquisição processou-se através de caixa ou equivalentes.

b) 1997:

Aquisição:

Participação na Rotadouro (90%) 900

Participação na Servitagus (90%) 900

Subscrição de capital da Embopar, S. A. 600

2 400

Os pagamentos relativos a estas aquisições processaram-se através de caixa ou equivalentes.

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

Os componentes de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 1998 e 1997, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquelas datas, são como segue:

	1998	1997
Numerário	2 792	1 204
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	555 388	116 590
Equivalentes a caixa	1 208	2 296
Caixa e seus equivalentes	559 388	120 090
Disponibilidades constantes do balanço ...	559 388	120 090

3 — Actividades financeiras não monetárias:

A empresa tem disponíveis linhas de crédito no montante de 8 000 000 de milhares de escudos, que poderão ser utilizadas para futuras actividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

O Conselho de Administração: *José Manuel Capelo Soares da Fonseca*, presidente — *Edgar Alves Ferreira*, vice-presidente — *Armando Costa Leite de Pinho*, vice-presidente — *Luís Fernando Mira Amaral*, vice-presidente — *Michael Christian Stig Iuul*, vice-presidente — *José Aníbal Lousada Soares*, vogal — *Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira*, vogal — *João Barbosa Machado*, vogal — *Gert Brandt Petersen*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstrações dos resultados por funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 1998 e 1997

(Em milhares de escudos)

	1998	1997	Variação	
			Valor	Porcentagem
Vendas e prestações de serviços	50 807 939	47 139 231	3 668 708	7,8
Custos das vendas e prestações de serviços	24 842 502	24 768 533	(73 969)	— 0,3
Resultados brutos	25 965 437	22 370 698	3 594 739	16,1
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 091 485	562 881	528 604	93,9
Custos de distribuição	15 349 631	15 099 038	(250 593)	— 1,7
Custos administrativos	4 469 290	4 046 806	(422 484)	— 10,4
Resultados operacionais	7 238 001	3 787 735	3 450 266	91,1
Custo líquido de financiamento	88 092	247 045	158 953	64,3
Ganhos/perdas em filiais e associadas	590 560	375 848	214 712	57,1
Resultados não frequentes	(882 041)	839 584	(1 721 625)	—
Resultados correntes	6 858 428	4 756 122	2 102 306	44,2
Impostos sobre os resultados correntes	2 754 328	1 323 472	(1 430 856)	—
Resultados correntes após impostos	4 104 100	3 432 650	671 450	19,6
Resultados líquidos	4 104 100	3 432 650	671 450	19,6
Resultados por acção (em escudos)	210	176	34	19,6

O Conselho de Administração: *José Manuel Capelo Soares da Fonseca*, presidente — *Edgar Alves Ferreira*, vice-presidente — *Armando Costa Leite de Pinho*, vice-presidente — *Luís Fernando Mira Amaral*, vice-presidente — *Michael Christian Stig Iuul*, vice-presidente — *José Aníbal Lousada Soares*, vogal — *Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira*, vogal — *João Barbosa Machado*, vogal — *Gert Brandt Petersen*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Valorização em euros das rubricas mais significativas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1998

Rubrica	Euro	Milhares de escudos
Total do activo	274 982 452,29	55 129 032
Total dos capitais próprios	184 196 147,29	36 928 012
Total do passivo	90 786 305,00	18 201 020
Vendas líquidas	253 428 936,26	50 807 940
Resultados brutos	129 515 053,72	25 965 437
Resultados operacionais	36 103 001,77	7 238 002
Resultados financeiros	2 506 299,82	502 468
Resultados correntes	38 609 301,58	7 740 470
Resultados antes de impostos	34 209 694,64	6 858 428
Resultados líquidos da Unicer	20 471 164,49	4 104 100
	Euro	Escudos
Proposta de distribuição de dividendos	(a) 0,698317	140

(a) Dado que a Unicer não tem o seu capital social redenominado em euros impõe-se apresentar o contravalor em escudos nesta moeda com um número de dígitos suficientes, de forma a não distorcer o montante a distribuir.

O Conselho de Administração: *José Manuel Capelo Soares da Fonseca*, presidente — *Edgar Alves Ferreira*, vice-presidente — *Armando Costa Leite de Pinho*, vice-presidente — *Luís Fernando Mira Amaral*, vice-presidente — *Michael Christian Stig Iuul*, vice-presidente — *José Aníbal Lousada Soares*, vogal — *Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira*, vogal — *João Barbosa Machado*, vogal — *Gert Brandt Petersen*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1998

(Montantes expressos em milhares de escudos)

Nota introdutória:

A Unicer — União Cervejeira, S. A., é uma sociedade anónima constituída em 6 de Outubro de 1988, conforme Decreto-Lei n.º 353/88 e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 71/89, de 3 de Março, que tem como actividade principal a produção e comercialização de cerveja e de todas as bebidas em geral.

Fruto da fusão das empresas CUF, fundada em 1889, Copeja (1972) e Imperial (1973), foi constituída em 30 de Dezembro de 1977 pelo Decreto-Lei n.º 531/77, de 30 de Dezembro, no seguimento da nacionalização do sector cervejeiro, operada a 30 de Agosto de 1975.

Foi das empresas nacionalizadas a primeira a ser privatizada, sendo 49% em 26 de Abril de 1989 e os restantes 51 % em 28 de Junho de 1990.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas que não estão incluídas neste anexo não são aplicáveis à Unicer ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

3 — Critérios valorimétricos utilizados:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Unicer, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, fundamentalmente, da prudência, consistência, especialização dos exercícios e na base da continuidade das operações.

Os principais critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) *Imobilizações incorpóreas.* — As imobilizações incorpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição e amortizadas pelo método das quotas constantes nos seguintes prazos:

	Anos
Despesas de instalação	3
Despesas de investigação e desenvolvimento	3
Propriedade industrial e outros direitos	20

b) *Imobilizações corpóreas.* — As imobilizações adquiridas até 31 de Dezembro de 1991 encontram-se registadas ao custo de aquisição e reavaliadas de acordo com as disposições legais, descritas na nota n.º 12.

As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data, à excepção dos terrenos e edifícios e outras construções que foram reavaliadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico	8-20
Equipamento de transporte	4-6
Ferramentas e utensílios	3-4
Equipamento administrativo	4-10
Taras e vasilhame	3-7
Outras imobilizações corpóreas	10-20

Relativamente aos acréscimos ao imobilizado, a Unicer calcula as amortizações aplicadas ao total do ano, independentemente da data da entrada em utilização do respectivo bem. Consequentemente não são efectuadas quaisquer amortizações no exercício em que ocorre a respectiva alienação.

A Unicer regista um passivo na conta de credores com caução por taras e vasilhame em trânsito, pelo valor do vasilhame caucionado, por contrapartida de contas a receber de clientes.

Durante o exercício a Unicer passou a imputar 60%, do valor das cauções prestadas por taras e vasilhame, à conta de clientes de médio e longo prazos. Até ao actual exercício o critério era de imputar 90% deste valor.

c) *Locação financeira.* — Os bens de imobilizado adquiridos através de contratos de locação financeira, são registados no imobilizado da empresa, por contrapartida de contas a pagar a fornecedores, e amortizados de acordo com a vida útil estimada dos bens.

d) *Investimentos financeiros.* — As participações relativamente às quais a Unicer não assegura uma influência significativa sobre a sua actividade são registadas ao custo de aquisição, encontrando-se aprovisionadas aquelas que sofreram reduções ao seu valor.

e) *Existências.* — As existências são registadas ao valor mais baixo entre o seu custo de aquisição e o seu valor de realização.

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, acrescido de todas as despesas até à sua entrada em armazém.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção que inclui o custo da matéria-prima, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, ajustado à sua fase de produção.

Os produtos acabados e intermédios e os subprodutos encontram-se valorizados ao custo de produção que inclui o custo da matéria-prima, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

f) *Acréscimos e diferimentos.* — O registo dos custos e dos proveitos relativos à rubrica de acréscimos e diferimentos teve por base a sua imputação aos exercícios a que" respeitam, nos termos definidos no Plano Oficial de Contabilidade.

g) *Subsídios ao investimento.* — Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de imobilizações corpóreas são registados no passivo como proveitos diferidos na rubrica de acréscimos e diferimentos, sendo transferidos numa base sistemática para a conta de proveitos e ganhos extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

h) *Fundo de pensões.* — A Unicer criou em 1987 um Fundo de benefícios definidos para cobrir as prestações pecuniárias a título de complemento de pensões de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência.

Em 1991 foi decidido estabelecer uma base mínima de aumento anual das pensões bem como assegurar outros benefícios de carácter económico ligados à reforma dos trabalhadores, para o que, após respectivo cálculo actuarial elaborado pela sociedade gestora do Fundo, foi constituído um fundo complementar.

As contribuições são levadas a custos no exercício em que ocorrem.

O valor global destes fundos, ver nota 31, é adequado às responsabilidades apuradas nesta data, com base em estudo actuarial elaborado por entidade independente.

i) *Saldos e transacções em moeda estrangeira.* — As diferenças de câmbio favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções e aquelas em vigor nas datas das cobranças, dos pagamentos ou na data do balanço, são registadas, respectivamente, como proveitos ou custos do exercício.

j) *Impostos diferidos.* — A Unicer não tem como procedimento registar impostos diferidos, por entender que o POC prevê expressamente a adopção do método do imposto a pagar como sendo o princípio geralmente aceite em Portugal sobre esta matéria.

4 — Activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Os activos e passivos expressos em moeda dos Estados-membros participantes na União Monetária, à data de 31 de Dezembro de 1998, foram convertidos em escudos segundo as taxas irrevogáveis de conversão do euro e respeitando as regras de conversão e arredondamento estabelecidas pelo Regulamento CEE n.º 103/97.

As taxas de conversão do euro foram:

ATS	13,7603
BEF	40,3399
DEM	1,95583
ESP	166,386
FIM	5,94573
FRF	6,55957
IEP	0,787564
ITL	1,936 27
NLG	2,20371
PTE	200,482

Os restantes activos e passivos expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de Dezembro de 1998, foram convertidos em escudos, às seguintes taxas de câmbio:

USD	171,829
JPY	1,5097

GBP	284,188
CHF	124,694
DKK	26,915
SEK	21,13
CAD	111,001

6 — Impostos sobre os lucros:

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades competentes durante um período de cinco anos (10 anos para segurança social). Deste modo, e embora não sejam esperadas correcções significativas, as declarações fiscais dos anos de 1994 a 1998 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

Em anos precedentes foram reconhecidas mais valias respeitantes a alienações a filiais de diversos equipamentos registados na conta de imobilizações corpóreas cujo valor, no quadro da aplicação do método da equivalência patrimonial, se considera um ajustamento de reavaliação. O montante remanescente ainda não realizado em 31 de Dezembro de 1998 ascende a 1 645 906 contos e constitui a diferença entre os capitais próprios das presentes contas e os capitais próprios das demonstrações financeiras consolidadas.

7 — Número médio de pessoas ao serviço da empresa:

O número de empregados ao serviço da empresa a 31 de Dezembro e o número médio durante o ano foi o seguinte:

Trabalhadores	1998		1997		Variação	
	Em 31 de Dezembro	Média anual	Em 31 de Dezembro	Média anual	Em 31 de Dezembro	Média anual
Efectivos	1 147	1 175	1 206	1 254	(59)	(79)
Contratados	101	119	105	137	(4)	(18)
Temporários	54	77	70	85	(16)	(8)
<i>Total</i>	<i>1 302</i>	<i>1 371</i>	<i>1 381</i>	<i>1 476</i>	<i>(79)</i>	<i>(105)</i>

8 — Despesas de deslocação:

As despesas de instalação incluem essencialmente custos com o sistema de garantia de qualidade, software vocacionado para a integração dos sistemas de produção e acções orientadas para a melhoria da rede de distribuidores. As despesas de investigação e desenvolvimento incluem essencialmente custos com estudos de novos produtos.

10 — Movimento ocorrido nas rubricas do activo imobilizado e respectivas amortizações e provisões:

O movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações e provisões, foi o seguinte:

10.1 — Activo bruto:

	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Abates	Correcções e transferências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	781 417	—	120 816	—	—	(4 875)	897 358
Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	9 887	—	—	—	9 887
Propriedade industrial e outros direitos	3 726	—	—	—	—	—	3 726
Imobilizações em curso	—	—	130 703	—	—	(130 703)	—
	<u>785 143</u>	<u>—</u>	<u>261 406</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(135 578)</u>	<u>910 971</u>
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	2 556 137	581 475	—	17 759	—	—	3 119 853
Edifícios e outras construções	16 738 780	3 656 042	99 025	—	—	—	20 493 847
Equipamento básico	52 083 648	—	1 515 365	36 722	—	766	53 563 057
Equipamento de transporte	1 336 300	—	559 041	72 425	—	—	1 822 916
Ferramentas e utensílios	1 285 511	—	45 883	776	—	375	1 330 993
Equipamento administrativo	2 568 689	—	89 862	9 543	—	(375)	2 648 633
Taras e vasilhame	20 322 143	—	1 877 391	24 263	1 108 161	—	21 067 110
Outras imobilizações corpóreas	574 531	—	23 913	—	—	—	598 444
Imobilizações em curso	625 446	—	4 667 513	15 007	—	(4 573 726)	704 226
Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	31 945	—	31 081	—	—	—	63 026
	<u>98 123 130</u>	<u>4 237 517</u>	<u>8 909 074</u>	<u>176 495</u>	<u>1 108 161</u>	<u>(4 572 960)</u>	<u>105 412 105</u>
Investimentos financeiros:							
Partes de capital em empresas do Grupo	2 725 757	—	825 348	—	—	—	3 551 105
Titulos e outras aplicações financeiras	332 411	—	10 783	1 830	—	(600)	340 764
	<u>3 058 168</u>	<u>—</u>	<u>836 131</u>	<u>1 830</u>	<u>—</u>	<u>(600)</u>	<u>3 891 869</u>

10.2 — Amortizações e provisões:

	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Abates	Correcções e transferências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	395 801	—	299 119	—	—	(4 875)	690 045
Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	3 296	—	—	—	3 296
Propriedade industrial e outros direitos	1 928	—	186	—	—	—	2 114
	<u>397 729</u>	<u>—</u>	<u>302 601</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(4 875)</u>	<u>695 455</u>
Imobilizações corpóreas:							
Edifícios e outras construções	10 751 644	1 760 450	727 620	—	—	—	13 239 714
Equipamento básico	38 960 412	—	2 982 813	31 150	—	383	41 912 458
Equipamento de transporte	1 108 782	—	269 126	54 377	—	—	1 233 531
Ferramentas e utensílios	1 137 023	—	55 802	776	—	54	1 192 103
Equipamento administrativo	2 092 243	—	218 684	8 847	—	(54)	2 302 026
Taras e vasilhame	15 871 255	—	2 257 891	23 683	1 084 793	—	17 020 670
Outras imobilizações corpóreas	296 340	—	50 503	—	—	—	346 843
	<u>70 127 699</u>	<u>1 760 450</u>	<u>6 562 439</u>	<u>118 833</u>	<u>1 084 793</u>	<u>383</u>	<u>77 247 345</u>
Investimentos financeiros:							
Títulos e outras aplicações financeiras	30 613	—	10 783	—	—	—	41 396

12 — Diplomas legais relativos a reavaliação de imobilizado:

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decretos-Leis n.ºs 126/77, de 2 de Abril; 219/82, de 2 de Junho; 399-G/84, de 28 de Dezembro; 118-B/86, de 27 de Maio; 111/88, de 2 de Abril; 49/91, de 25 de Janeiro; 22/92, de 14 de Fevereiro; 264/92, de 24 de Novembro, e 31/98, de 11 de Fevereiro (a).

(a) Ao abrigo deste decreto-lei apenas foram reavaliados terrenos e edifícios e outras construções, de que resultou um impacto em reservas de reavaliação de 2 477 067 contos.

13 — Reavaliações de imobilizações corpóreas e investimentos financeiros:

Como resultado das reavaliações efectuadas, as reintegrações do exercício findo em 31 de Dezembro foram aumentadas em 1 033 907 contos. Deste montante 40% não é aceite como custo para efeito de determinação do lucro tributável em IRC.

	Custos históricos	Reavaliações	Valor contabilístico bruto	Amortizações	Valor contabilístico líquido
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	189 590	2 930 263	3 119 853	—	3 119 853
Edifícios e outras construções	4 737 598	15 756 249	20 493 847	13 239 714	7 254 133
Equipamento básico	32 579 865	20 983 192	53 563 057	41 912 458	11 650 599
Equipamento de transporte	1 663 393	159 523	1 822 916	1 233 531	589 385
Ferramentas e utensílios	661 847	669 146	1 330 993	1 192 103	138 890
Equipamento administrativo	2 016 736	631 897	2 648 633	2 302 026	346 607
Taras e vasilhame	18 768 471	2 298 639	21 067 110	17 020 670	4046440
Outras imobilizações corpóreas	487 278	111 166	598 444	346 843	251 601
	<u>61 104 778</u>	<u>43 540 075</u>	<u>104 644 853</u>	<u>77 247 345</u>	<u>27 397 508</u>
Investimentos financeiros:					
Investimentos em imóveis	268 382	13 455	281 837	—	281 837

14 — Imobilizações corpóreas e em curso, por actividades:

Foi a seguinte a afectação do imobilizado corpóreo e em curso, durante ano de 1998 e de 1997:

	Cerveja	Refrigerantes	Subprodutos	Auxiliares e comuns	Outros	Total
Terrenos e recursos naturais	—	—	—	2 794 737	325 116	3 119 853
Edifícios e outras construções	9 328 511	—	8 112	11 157 224	—	20 493 847
Equipamento básico	32 186 916	—	314 313	21 061 828	—	53 563 057
Equipamento de transporte	910	—	—	1 822 006	—	1 822 916
Ferramentas e utensílios	9 841	415	1 320 737	—	1 330 993	—
Equipamento administrativo	39 640	—	35	2 611 958	—	2 648 633
Taras e vasilhame	15 181 780	3 310 590	1 568 420	975 264	31 056	21 067 110

	Cerveja	Refrigerantes	Subprodutos	Auxiliares e comuns	Outros	Total
Outras imobilizações corpóreas	100	—	—	598 344	—	598 444
Imobilizações em curso	265 253	—	3 996	434 977	—	704 226
	<u>57 009 951</u>	<u>3 310 590</u>	<u>1 895 291</u>	<u>42 777 075</u>	<u>356 172</u>	<u>105 349 079</u>
Valores de 1997 (Dezembro)	51 498 962	2 781 574	1 463 929	40 534 522	1 812 198	98 091 185

	1998	1997
Estando em poder de terceiros:		
Equipamento básico	1 647 191	1 468 672
Taras e vasilhame	16 853 688	15 363 540
Outras imobilizações corpóreas	2 557	2 557
	<u>18 503 436</u>	<u>16 834 769</u>

Implantadas em propriedade alheia:

Edifícios e outras construções	152 213	121 770
--------------------------------------	---------	---------

O valor do equipamento básico em poder de terceiros, corresponde, na sua totalidade, a material de extracção de cerveja.

15 — Bens utilizados em regime de locação financeira:

Os bens constantes do nosso imobilizado que foram adquiridos em regime de locação financeira têm a seguinte expressão:

	1998	1997
Activo bruto/imobilizações corpóreas:		
Equipamento de transporte	245 061	18 484
Amortizações/imobilizações corpóreas:		
Equipamento de transporte	(44 997)	(6 405)
Valor contabilístico	200 064	12 079

16 — Empresas do grupo e participadas:

O valor das participações a 31 de Dezembro de 1998, nas empresas do grupo e participadas é como segue:

	Sede	Valor da participação	Fracção de capital detida (porcentagem)	Capitais próprios	Resultados líquidos	Ano
Empresa das Águas Alcalinas e Medicinais de Castelo de Vide, S. A.	Castelo de Vide	1 254 657	99,98	1 254 745	234 928	1998
Rical — Empresa Produtora de Refrigerantes e Águas, L. ^{da}	Santarém	1 385 256	99,16	1 388 741	97 025	1998
Maltibérica — Sociedade Produtora de Malte, S. A.	Palmela	745 013	51,00	1 460 760	60 433	1998
Enerleça — Produção de Energia, L. ^{da}	Matosinhos	151 224	97,50	151 249	48 798	1998
Univin — União Vinícola, L. ^{da}	Matosinhos	14 952	51,00	45 171	30 250	1998
Rotadouro — Distribuição de Produtos Alimentares, L. ^{da}	Leça do Balio	—	90,00	(62 287)	(34 039)	1998
Servitagus — Serviços de Distribuição, L. ^{da}	Leça do Balio	3	90,00	(9 513)	20 814	1998
<i>Total</i>		<u>3 551 105</u>				

16.2 — Empresas participadas:

	Sede	Valor da participação	Fracção de capital detida (porcentagem)	Capitais próprios	Resultados líquidos	Ano
Bioeid — Empresa de Investigação e Desenvolvimento em Biotecnologia, S. A.	Lisboa	12 000	12,50	12 370	(8 916)	1997
Barracuda Clube — Empreendimentos Imobiliários e Turísticos, S. A.	Lisboa	3 531	16,42	15 028	(399)	1997
Companhia União de Cervejas de Angola Cuca, S. A.	Angola	7 805	15,61	(a)	(a)	
Companhia de Iniciativas Económicas Ultramarinas	Moçambique	9 023	15,03	(a)	(a)	
<i>Total</i>		<u>32 359</u>				

(a) Elementos não disponíveis. Estes investimentos encontram-se totalmente provisionados.

Relativamente às empresas do grupo são apresentadas contas consolidadas.

De acordo com o artigo 491.º do Código das Sociedades Comerciais, a Unicer é responsável pelos débitos das suas filiais na proporção da sua participação (Univin, Rotadouro e Servitagus).

19 — Valores de mercado do activo circulante:

De acordo com os critérios valorimétricos adoptados, em consonância com o POC, não há a assinalar diferenças materialmente relevantes entre os valores dos elementos do activo circulante e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.

As diferenças entre os saldos contabilísticos e os valores de realização foram registadas como provisões para clientes de cobrança duvidosa.

22 — Existências fora da empresa:

A 31 de Dezembro encontravam-se fora da empresa à guarda de terceiros:

	1998	1997
Mercadorias	9 288	52 965

23 — Dívidas de cobrança duvidosa:

Em 31 de Dezembro de 1998 e 1997 existiam as seguintes dívidas de cobrança duvidosa:

	1998	1997
Clientes, c/c	152 062	462 853
Clientes de cobrança duvidosa	1 781 832	1 242 272
	1 933 894	1 705 125

25 — Dívidas activas respeitantes ao pessoal da empresa:

Estas dívidas respeitam a empréstimos efectuados ao pessoal para apoio a situações específicas de índole particular:

	1998	1997
Dívidas activas do pessoal	117 207	93 660

31 — Compromissos financeiros assumidos e não expressos no balanço:

O Fundo de Pensões Unicer constituído por escritura de 14 de Dezembro de 1987 e gerido pelo BPI Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., destina-se a garantir um complemento de reforma, por velhice ou invalidez, pago mensalmente (com 13 mensalidades por ano) cujo valor tem por base o vencimento normal mensal à data da reforma. Esse complemento é calculado da seguinte forma:

No caso dos participantes dos quadros de pessoal da sede ou do Centro Fabril — Leça do Balio admitidos pela Ex-CUFP e data anterior a 31 de Dezembro de 1969 resulta do produto do número anos de serviço, com um máximo de 40, por 2,69%;

Para todos os participantes não incluídos no ponto anterior, resulta do produto do número de anos de serviço, com um máximo de 35, por 2,46%.

O Fundo de Pensões Unicer paga a diferença entre este complemento e a pensão de reforma da segurança social, calculada nos termos legais em vigor à data de constituição do fundo, garantindo uma pensão mínima de 10 800\$.

Em caso de morte de um participante ou de um reformado e que não decorra de acidente de trabalho, será atribuída ao cônjuge sobrevivente e aos filhos ou adoptados plenamente, uma pensão de sobrevivência complementar à da segurança social, calculada com base no que o fundo pagaria se o participante se tivesse reformado na data do falecimento, ou no montante da pensão que estava a ser abonada ao reformado, respectivamente. A pensão a atribuir ao beneficiário é a seguinte:

60% para o cônjuge sobrevivente;

20%, 30% ou 40% conforme se trate respectivamente de um, dois ou mais filhos ou adoptados plenamente; no caso de não haver cônjuge sobrevivente, aplicar-se-á o dobro de percentagens.

De acordo com o relatório actuarial realizado pela sociedade gestora do fundo, o valor actual das responsabilidades por serviços passados para os colaboradores no activo, reformados e pré-reformados em 31 de Dezembro de 1998 era o seguinte:

Activos	1 457 500
Reformados	1 206 200
Pré-reformados	407 100
	<u>3 070 800</u>

Aquelas responsabilidades foram determinadas com base no método de crédito da unidade projectada, tendo-se utilizado a tábua de mortalidade TV 73/77.

Para além dos parâmetros técnicos acima referidos foi assumido como pressuposto financeiro uma rentabilidade real de longo prazo de 2% face ao crescimento dos salários e de 2,5% face ao crescimento das pensões.

O movimento durante o ano de 1998 e a situação patrimonial do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 1998 era a seguinte:

Saldo no início do período	2 539 936
Contribuição	—
Rendimento do fundo	394 649
Complementos de reforma	(102 595)
Comissões de gestão	(23 838)
Saldo no fim do exercício	<u>2 808 152</u>

Como foi referido na alínea h) da nota n.º 3, a Unicer tem também constituído um fundo complementar cujo valor no final deste exercício ascendia a 1 124 366 contos.

Do que antecede se conclui que, à data de 31 de Dezembro de 1998, o saldo do Fundo de Pensões UNICER e do fundo complementar, no montante global de 3 932 518 contos, excedem o valor das responsabilidades garantidas.

A Unicer celebrou, em 1995, um contrato com a Expo'98, tornando-se seu patrocinador oficial através das marcas *Super Bock* e *Vitalis*. O pagamento deste patrocínio, no montante de 1 250 000 contos, teve início em 1995, e tem vindo a ser imputado numa base anual, conjuntamente com um contrato de exclusividade de venda no recinto da Expo, imputação que foi completada no exercício de 1998. Dado que as questões decorrentes dos incumprimentos contratuais da Parque Expo, S. A., para com a Unicer ainda não estão solucionadas, este valor não foi ainda regularizado, havendo, inclusive, por registar na conta corrente do fornecedor, 59 100 contos.

Das situações descritas resulta que os compromissos financeiros assumidos pela Unicer e não expressos no balanço eram, à data de 31 de Dezembro de:

	1998	1997
Responsabilidades por atribuição de benefícios de reforma	3 070 800	2 404 300
Contrato de patrocínio	—	165 000
Contrato de exclusividade	59 100	59 100

32 — Responsabilidades por garantias prestadas:

As responsabilidades da Unicer, por garantias prestadas, em 31 de Dezembro eram as seguintes:

	1998	1997
Garantias bancárias	1 006 772	711 611
Seguros caução	8 500	26 500

Estas garantias foram essencialmente constituídas a favor da administração fiscal (650 532 contos), tribunais de trabalho (14 434 contos), IAPMEI (261 238 contos), empresas fornecedoras (42 051 contos), governos civis (37 751 contos) e câmaras municipais (9266 contos).

34 — Movimento ocorrido nas provisões:

Durante o ano de 1998 realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de provisões:

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	1 705 125	325 813	97 044	1 933 894
Provisões para outros riscos e encargos	193 319	657 820	—	851 139
Provisões para investimentos financeiros	30 613	10 783	—	41 396
<i>Totais</i>	1 929 057	994 416	97 044	2 826 429

As provisões para outros riscos e encargos foram constituídas para dar cobertura a eventuais decisões do tribunal não favoráveis à Unicer, referentes a impugnações judiciais em curso, a eventuais indemnizações a pagar em processos em que a Unicer é ré e a resultados negativos das filiais.

36 — Composição do capital social:

	1998	1997
Acções escriturais:		
Quantidade	19 500 000	19 500 000
Valor nominal	1 000\$00	1 000\$00

37 — Pessoas colectivas, com participação igual ou superior a 20%, no capital da empresa:

Em 31 de Dezembro de 1998 e 1997, nenhum accionista detinha participação igual ou superior a 20%.

40 — Variações das rubricas do capital próprio:

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 1998, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de capital próprio:

	Saldo inicial	Aplicação de resultados de 1997	Outras variações	Saldo final
Acções próprias:				
Valor nominal	(435 300)	—	(1 514 700)	(1 950 000)
Prémios e descontos	(600 873)	—	(4 402 070)	(5 002 943)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	1 268 519	397 111	406 520	2 072 150
Reserva de reavaliação	8 176 514	—	2 477 067	10 653 581
Reserva legal	1 835 853	172 000	—	2 007 853
Outras reservas	5 975 920	591 663	(1 081 764)	5 485 819
Resultados transitados	(798 558)	—	856 010	57 452
Resultado líquido	3 432 650	(3 432 650)	4 104 100	4104100

Conforme é referido no relatório de gestão, durante o exercício, foram adquiridas 1 541 900 acções e alienadas 27 200 acções. Destas operações resultou um acréscimo de 1 514 700 acções próprias por um montante de 5 976 770 contos.

41 — Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas:

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é a seguinte:

	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais	680 810	1 846 682	2 527 492
Compras	7 574 542	10 148 661	17 723 203
Regularização de existências	(29 287)	(64 183)	(93 470)
Existências finais	660 144	1 641 288	2 301 432
Custos no exercício	7 565 921	— 10 289 872	17 855 793

42 — Anexo à demonstração de resultados por funções

	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Prestação de serviços
Existências iniciais	410 929	2 674	—
Entradas provenientes da produção	24 701 029	25 925	—
Regularização de existências	131 824	—	—
Saídas para a produção e imobilizado	—	—	—
Existências finais	426 818	3 061	—
Custo das vendas e prestações de serviços	24 816 964	25 538	—

43 — Remunerações dos membros dos órgãos sociais:

A remuneração dos membros dos órgãos sociais o ano de 1998 e 1997 foi como segue:

	1998	1997
Mesa da assembleia geral	640	595
Conselho de administração	197 758	200 646
Fiscal único	4 716	6 439

44 — Repartição do valor líquido das vendas por actividade e por mercados:

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, foi, durante o ano de 1998 e 1997, o seguinte:

	1998			1997		
	Mercados		Total	Mercados		Total
	Interno	Externo		Interno	Externo	
Cerveja	38 382 480	2 735 856	41 118 336	35 184 255	2 361 432	37 545 687
Refrigerantes	6 304 106	76 573	6 380 679	6 714 436	68 336	6 782 772
Águas	2 383 609	23 669	2 407 278	1 616 534	13 810	1 630 344
Outros	900 144	1 503	901 647	1 178 763	1 665	1 180 428
	48 970 339	2 837 601	50 807 940	44 693 988	2 445 243	47 139 231

45 — Demonstrações dos resultados financeiros:

Em 31 de Dezembro de 1998 e 1997, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS

	1998	1997
Juros suportados	179 163	378 254
Perdas em empresas do grupo e associadas	34 039	21 263
Provisões para aplicações financeiras	10 783	—
Diferenças de câmbio desfavoráveis	28 090	48 672
Descontos de pronto pagamento concedidos	8 469	3 528
Perdas em alienação de aplicações financeiras	36 706	—
Outros custos e perdas financeiras	—	36 049
Resultados financeiros	502 468	128 803
	799 718	616 569

PROVEITOS E GANHOS

	1998	1997
Juros obtidos	41 492	54 672
Ganhos em empresas do grupo e associadas	624 599	397 111
Rendimentos de participações de capital	57	52
Diferenças de câmbio favoráveis	15 618	48 509
Descontos pronto pagamento obtidos	117 952	116 225
	799 718	616 569

46 — Demonstrações dos resultados extraordinários:

Em 31 de Dezembro de 1998 e 1997, os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS

	1998	1997
Donativos	643 626	24 598
Dívidas incobráveis	10 169	21 766
Perdas em existências	107 007	318 026
Perdas em imobilizações	5 814	104 207
Multas e penalidades	3 315	1 728
Aumento de provisões	503 421	—
Correcções relativas a exercícios anteriores	86 315	417 461
Resultados extraordinários	(882 042)	839 584
	477 625	1 727 370

PROVEITOS E GANHOS

	1998	1997
Recuperação de dívidas	—	111
Ganhos em existências	13 536	44 411
Ganhos em imobilizações	162 096	1 128 810
Benefícios de penalidades contratuais	56 094	22 229
Redução de amortizações e provisões	97 044	223 814
Correcções relativas a exercícios anteriores	35 734	210 135
Outros proveitos e ganhos extraordinários	113 121	97 860
	<u>477 625</u>	<u>1 727 370</u>

48 — Acréscimos de custos e proveitos diferidos:

Em 31 de Dezembro de 1998, os principais saldos incluídos nas rubricas de acréscimos de custos e proveitos diferidos, eram os seguintes:

Acréscimos de custos:

Créditos a regularizar com clientes	1 613 275
Prémios, férias e subsídio de férias de 1997-1998	984 893
Royalties	103 157
Custos diversos	298 746
	<u>3 000 071</u>

Proveitos diferidos:

Subsídios ao investimento	<u>85 244</u>
---------------------------------	---------------

O Conselho de Administração: *José Manuel Capelo Soares da Fonseca*, presidente — *Edgar Alves Ferreira*, vice-presidente — *Armando Costa Leite de Pinho*, vice-presidente — *Luís Fernando Mira Amaral*, vice-presidente — *Michael Christian Stig Iuul*, vice-presidente — *José Aníbal Lousada Soares*, vogal — *Francisco Miguel Teixeira de Sousa Ferreira*, vogal — *João Barbosa Machado*, vogal — *Gert Brandt Petersen*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas e relatório de auditoria (contas individuais)

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas da Unicer — União Cervejeira, S. A. Estes documentos compreendem o relatório de gestão, o balanço em 31 de Dezembro de 1998 (que evidencia um total de 55 129 032 contos e um total de capital próprio de 36 928 012 contos, incluindo um resultado líquido de 4 104 100 contos), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração da empresa a preparação dos documentos de prestação de contas, incluindo o relatório de gestão e demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa e satisfaçam os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida naqueles documentos, designadamente no que respeita aos princípios exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre aquela informação, baseada na nossa auditoria.

4 — *Âmbito*. — Excepto quanto às limitações descritas nos pontos 7.1 e 7.2 abaixo, a nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se os documentos de prestação de contas estão isentos de distorções materialmente relevantes. Para tanto a referida auditoria incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes dos documentos de prestação de contas e a

avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação dos documentos de prestação de contas.

5 — A nossa auditoria abrangeu ainda o relatório de gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira divulgada, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7.1 — *Reservas*. — Não nos foi possível confirmar a razoabilidade do saldo da conta de credores com caução por taras e vasilhame em trânsito, no valor de 4 926 905 contos, mostrado no balanço como uma dívida a médio e a longo prazos, embora existam estudos que, não sendo conclusivos, indiquem que os valores registados pela empresa não conduzem à subavaliação das responsabilidades perante terceiros.

7.2 — As existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo incluem materiais de conservação e reparação no valor de 854 064 contos, dos quais cerca de 440 000 contos não tiveram qualquer movimento em 1998. Na ausência de um estudo que permita aferir sobre a aplicabilidade, ou não, daqueles materiais, não nos é possível assegurar que não venham a ocorrer perdas na sua realização.

7.3 — Conforme referido na nota n.º 6 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, os capitais próprios incluem mais valias geradas em anos anteriores na alienação de imobilizações corpóreas a empresas do Grupo por valores baseados em avaliações efectuadas por peritos independentes, estando por realizar à data do balanço 1 645 906 contos, valor este que corresponde à diferença entre os capitais próprios das presentes contas e os capitais próprios das contas consolidadas. Aquelas mais-valias apenas estarão disponíveis para distribuição após a sua realização.

7.4 — À data do balanço existia uma eventual responsabilidade estimada em cerca de 217 000 contos, relativa a juros de mora sobre liquidações adicionais de IRC efectuadas pela administração fiscal, que não foi provisionada pela empresa por a sua administração entender que virá a ser maioritariamente resolvida através do pedido de adesão ao Plano Mateus a concretizarem 1999.

8 — *Opinião*. — Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas nos pontos 7.1 e 7.2 e excepto quanto ao efeitos das situações referidas nos pontos 7.3 e 7.4 acima, a informação financeira constante dos mencionados documentos apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Unicer — União Cervejeira, S. A., em 31 de Dezembro de 1998, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Porto, 3 de Março de 1999. — A. Santos, J. Alves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *António Francisco Barbosa dos Santos*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de sociedade, compete-nos emitir o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora da Unicer — União Cervejeira, S. A., referente ao ano findo em 31 de Dezembro de 1998.

Ao longo deste exercício, acompanhámos regularmente a actividade da empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e do contrato de sociedade.

O conselho de administração e os serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

O relatório de gestão explana, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais durante o exercício e as perspectivas futuras.

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais, o fiscal único elaborou o seu relatório anual sobre a actividade fiscalizadora, cujo conteúdo faz parte integrante deste relatório, bem como a certificação legal das contas e relatório de auditoria.

Consideramos que o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e funções, a demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos satisfazem os preceitos legais e estatutários.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização da sociedade.

Face ao que antecede somos de parecer que:

a) Aproveis o relatório de gestão e as demonstrações financeiras referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 1998, considerando as reservas expressas na certificação legal das contas e relatório de auditoria;

b) Aproveis a proposta do conselho de administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Porto, 3 de Março de 1999. — O Fiscal Único, A. Santos, J. Alves e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Francisco Barbosa dos Santos, revisor oficial de contas.

Parecer dos auditores

Auditámos o balanço da Unicer — União Cervejeira, S. A., em 31 de Dezembro de 1998, as demonstrações dos resultados por naturezas e funções e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data e os respectivos anexos. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na auditoria que realizámos.

A nossa auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria. Estas normas exigem que o nosso exame seja planeado e realizado de forma a obtermos uma segurança razoável de

que as demonstrações financeiras não contêm distorções de materialidade relevante. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, de evidência comprovativa dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Inclui, também, a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas feitas pelo conselho de administração, bem como da apresentação global da informação constante das demonstrações financeiras. É nossa convicção que a auditoria que realizámos proporciona uma base razoável para a nossa opinião.

1 — Não nos foi possível confirmar a razoabilidade do saldo da conta de credores com caução por taras e vasilhame em trânsito, no valor de 4 926 905 contos, mostrado no balanço como uma dívida a médio e a longo prazos, embora existam estudos que, não sendo conclusivos, indiquem que os valores registados pela empresa não conduzem à subavaliação das responsabilidades perante terceiros.

2 — As existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo incluem materiais de conservação e reparação no valor de 854 064 contos, dos quais cerca de 440 000 contos não tiveram qualquer movimento em 1998. Na ausência de um estudo que permita aferir sobre a aplicabilidade, ou não, daqueles materiais, não nos é possível assegurar que não venham a ocorrer perdas na sua realização.

3 — Conforme referido na nota n.º 6 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, os capitais próprios incluem mais valias geradas em anos anteriores na alienação de imobilizações corpóreas a empresas do Grupo por valores baseados em avaliações efectuadas por peritos independentes, estando por realizar à data do balanço 1 645 906 contos, valor este que corresponde à diferença entre os capitais próprios das presentes contas e os capitais próprios das contas consolidadas. Aquelas mais-valias apenas estarão disponíveis para distribuição após a sua realização.

4 — À data do balanço existia uma eventual responsabilidade estimada em cerca de 217 000 contos, relativa a juros de mora sobre liquidações adicionais de IRC efectuadas pela administração fiscal, que não foi provisionada pela empresa por a sua administração entender que virá a ser maioritariamente resolvida através do pedido de adesão ao Plano Mateus a concretizar em 1999.

Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos emergentes das limitações ao âmbito do nosso exame descritas nos pontos 1 e 2 anteriores e excepto quanto ao efeito dos assuntos indicadas nos pontos 3 e 4 precedentes, as demonstrações financeiras acima mencionadas apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da Unicer — União Cervejeira, S. A., em 31 de Dezembro de 1998, bem como os resultados das suas operações para o exercício findo nessa data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Porto, 3 de Março de 1999. — O Auditor, Ernst & Young.
3000221167

II SÉRIE



**DIÁRIO
DA REPÚBLICA**

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750